

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA “JÚLIO DE MESQUITA FILHO” -
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS, CAMPUS MARÍLIA

WILLIAN CARVALHO DOS SANTOS

A CHINA E A CONTRA HEGEMONIA:
UMA PERSPECTIVA A PARTIR DE ROBERT W. COX

MARÍLIA

2023

WILLIAN CARVALHO DOS SANTOS

**A CHINA E A CONTRA HEGEMONIA:
UMA PERSPECTIVA A PARTIR DE ROBERT W. COX**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) apresentado ao Conselho de Curso de Relações Internacionais, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus Marília, para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais

Orientador: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

MARÍLIA
2023

WILLIAN CARVALHO DOS SANTOS

**A CHINA E A CONTRA HEGEMONIA:
UMA PERSPECTIVA A PARTIR DE ROBERT W. COX**

Trabalho de Conclusão de Curso para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais, da Faculdade de Filosofia e Ciências, da Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Campus de Marília, na área de concentração de Política Internacional

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Dr. Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus de Marília

Dr. Gabriel Sandino de Castro
Faculdade Cidade de Patos de Minas

Maria Fernanda Moreira Pavani Meluci
Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
Faculdade de Filosofia e Ciências, Campus Marília

Marília, 18 de dezembro de 2023

S237c Santos, Willian Carvalho dos
China e a contra hegemonia : uma perspectiva a partir de
Robert W. Cox / Willian Carvalho dos Santos. -- Marília, 2023
56 p.

Trabalho de conclusão de curso (Bacharelado - Relações
Internacionais) - Universidade Estadual Paulista (Unesp),
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília

Orientadora: Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos

1. China. 2. Política Internacional. 3. Robert W. Cox. 4. Xi
Jinping. 5. Contra hegemonia. I. Título.

Sistema de geração automática de fichas catalográficas da Unesp. Biblioteca da
Faculdade de Filosofia e Ciências, Marília. Dados fornecidos pelo autor(a).

Essa ficha não pode ser modificada.

AGRADECIMENTOS

Agradeço, em primeiro lugar, a minha família, em especial minha mãe Marli Conceição, minha tia Shirleide Conceição e ao meu avô Milton Carvalho, por me apoiar nesta jornada de luta e perseverança na universidade, apoio financeiro, material e emocional também que foi crucial para a escrita deste documento.

Agradeço também ao meu orientador Dr. Prof^o Rodrigo Duarte Fernandes dos Passos que de maneira exemplar, orientou-me e também foi de tamanha importância para a minha graduação, como inspiração, e a finalização da mesma.

Agradeço em especial meus camaradas da UJC (União da Juventude Comunista) que fez com que eu persistisse lutando por uma universidade de qualidade, ampla e realmente democrática. E aos meus amigos que fiz durante essa longa jornada pela faculdade em especial: Sara Souza, Lucca Faustino, Leonardo Sena, Mariana Stuchi, Sofia De Bom, Leonardo Alves Costa, Mirella Custódio, Fernando Fuzinato, Taciane Scorsato, Leticia Barbosa, Pietra Bertonha, Guilherme Amaral, Alexandre Batista e ao Alan Felipe Souza Bispo, que há muitos anos compartilhamos de uma amizade que cresce a cada dia mais.

Por fim, agradeço a todos os discentes da turma XVII de Relações Internacionais, da UNESP, campus Marília, turma esta que compartilhou todos os momentos em sala de aula comigo e nas demais reflexões acerca que auxiliaram-me na construção deste trabalho.

E expresso meu respeito a Moradia Estudantil da UNESP Marília que luta diariamente para a construção de uma universidade justa e igualitária a toda comunidade discente do campus.

RESUMO

O presente estudo que tange a China e o povo chinês perpassa por longos movimentos históricos de luta pela unidade de seu povo, uma luta contra a corrupção e a manutenção da China como um país forte. Dentro das análises realizadas por Robert W. Cox, um autor canadense, busca interpretar historicamente a China e as suas mudanças realizadas após a Revolução de 1945, argumenta de uma teorização defendida pelo autor, no que tange a disciplina de Relações Internacionais, a Teoria Crítica. Este presente trabalho possui de maneiras a analisar juntamente a obra de Robert W. Cox, a existência de uma possível contra-hegemonia da China nos próximos anos combinando a historiografia do povo chinês, a política interna e externa da República Popular da China.

Palavras-chave: China, Robert W. Cox, Contra-hegemonia, Xi Jinping, Política Internacional

ABSTRACT

The present study, which concerns China and the Chinese people, goes through long historical movements of struggle for the unity of its people, a struggle against corruption and the maintenance of China as a strong country. Within the analyses carried out by Robert W. Cox, a Canadian author, seeks to interpret China and its changes after the 1945 Revolution, arguing from a theorization defended by the author, regarding the discipline of International Relations, Critical Theory. This present work has ways to analyze together with the work of Robert W. Cox, the existence of a possible counter-hegemony of China in the coming years combining the historiography of the Chinese people, the domestic and foreign policy of the People's Republic of China.

Keywords: China, Robert W. Cox, Counter-hegemony, Xi Jinping, International Politics.

LISTA DE ANEXOS

FIGURA 1 - Teoria de Cox sobre as estruturas de poder	15
FIGURA 2 - Teoria de Gramsci sobre as estruturas hegemônicas	16
FIGURA 3 - Mapa da Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) de 2013	40

LISTA DE SIGLAS

BAI - Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura
BDC - Banco de Desenvolvimento da China
BRICS - Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul
COVID - *Corona Virus Disease*
CSNU - Conselho de Segurança das Nações Unidas
EUA - Estados Unidos da América
FAO - Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura
FMI - Fórum Monetário Internacional
GCEE - Grandes Conglomerados Empresariais Estatais
ICR - Iniciativa Cinturão e Rota
IED - Investimento Estrangeiro Direto
IPRCC - *International Poverty Reduction Center*
OACI - Organização da Aviação Civil Internacional
OI - Organizações Internacionais
ONU - Organização das Nações Unidas
PAM - Programa Alimentar Mundial
PC - Partido Comunista
PCCh - Partido Comunista Chinês
PIB - Produto Interno Bruto
PNUD - Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
PPC - Poder de Paridade de Compra
RPC - República Popular da China
TVEs - *Township and Village Enterprises*
UIT - União Internacional de Telecomunicações
UNIDO - Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial
ZEE - Zonas Econômicas Especiais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	10
2 ROBERT W. COX E A TEORIA CRÍTICA	12
2.1. As estruturas históricas na teoria de Cox	14
2.2. A Hegemonia e contra-hegemonia coxiana	17
3 O ESTADO CHINÊS	20
4 A CHINA E O SISTEMA INTERNACIONAL	29
4.1. A ONU e o Conselho de Segurança	29
4.2. A teoria coxiana das Organizações Internacionais	30
4.3. O posicionamento da China nas OIs e nas relações interestatais	34
5 A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA E A PERSPECTIVAS DE UM FUTURO CHINÊS	39
5.1. Iniciativa Cinturão e Rota (ICR)	40
5.2. O futuro chinês: perspectivas e caminhos para a contra hegemonia	42
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	52
7 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	54

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho possui como objetivo analisar a teoria atribuída a Robert W. Cox o futuro de uma incipiente construção de uma contra-hegemonia da República Popular da China. Diante disso, mediante a teoria de Robert W. Cox, a teoria crítica, uma teoria possuidora do dualismo metodológico, que analisa perante do materialismo histórico e dialético de Marx e de seu sucessor Gramsci e com o fim de sanar as maiores dificuldades da teoria marxista propõe a utilização das teorias tradicionais, as teorias de *problem-solving*. No primeiro desenvolvimento da pesquisa, há uma pesquisa sobre a metodologia atribuída e defendida por Robert W. Cox em seu artigo “*Social forces, states and world orders: beyond international relations theory*” de 1981 com o intuito de entendermos: o que é hegemonia; o que é contra-hegemonia; o que são as estruturas de poder; as três formulações teóricas baseadas nos escritos de Gramsci (1977) nos *Cadernos do Cárcere vol. 3: Maquiavel, Notas sobre o Estado e a Política* durante seu período em cárcere na Itália fascista. Consoante a isto, entender como Cox chega a teorização das hegemonias e de como elas surgem diante ao decaimento de outra.

No que tange ao terceiro capítulo, como as estruturas de poder são definidas em três formatos: histórico, econômico e política. A estruturação deste e dos demais capítulos fará uma breve análise do histórico chinês atenuando-se a política e a economia. Um recorte histórico diante da revolução de 1945, na qual as forças do Exército Vermelho conquistam o país depois de um imenso período de guerra civil e da invasão imperialista em seu território, até a Revolução Cultural que possuía interesse em sanar as demais divergências dos pontos defendidos da revolução maoista e o combate excesso a corrupção de políticos da RPC da época. (Pomar, 2003; Cox, 2013). E de como a revolução chinesa guinou o país para uma abertura comercial em meados da década de 80 para a sua inserção no sistema internacional como uma das políticas defendidas por Deng Xiaoping, consoante a isso, como se divide o Partido Comunista Chinês (PCCCh) e as suas atribuições enquanto Estado chinês. (Cox, 1981; 2002; 2013).

Além disso, partimos para analisar a disposição chinesa da construção de uma política multilateral diante da crise do multilateralismo, processo este que ocorre desde os anos 80, como definido por Cox (2002) mediante a um processo de abertura comercial para as empresas internacionais e as de capital misto como política defendida pelo partido. Como esta política multilateral e de muitos acordos com países do Sul-global fez-se com que a retomada da China como cadeira permanente no Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU) e

da Assembleia Geral da ONU, cadeira e vaga estas que foram tiradas devido a Revolução e os países aliados ao Estados Unidos passaram a cadeira permanente para Taiwan, todo este processo possui de caráter a legitimar a posição chinesa enquanto país inserido e disputando o sistema internacional e que cresce cada vez mais após ser colocado como o solucionador da crise capitalista de 2008. (Rinaldi; Pires, 2021).

No fim, no quarto capítulo, faremos uma análise no que tange a teoria de Mackinder (1904) com interesse de analisar a *heartland*, a teoria feita pelo geógrafo no intuito tradicional de garantir quem controlaria o mundo, a *heartland* seria um espaço rico em planícies que centralizar parte do poder terrestre pelo seu vasto e bom terreno para diversas atividades para o desenvolvimento e para o combate, e como isso auxilia na construção da Iniciativa Cinturão e Rota, que é um megaprojeto de desenvolvimento econômico defendido por Xi Jinping em 2013. Projeto que unifica países asiáticos e do oeste europeu por meio de rotas híbridas que perpassam o meio marítimo e terrestre.

2. ROBERT W. COX E A TEORIA CRÍTICA

Um dos grandes expoentes da teoria crítica das Relações Internacionais é Robert W. Cox; o autor foi Professor Emérito de Pensamento Político e Social, da Universidade de York, em Toronto no Canadá. Desenvolveu ao longo dos seus anos como pesquisador a teorização das teorias críticas das Relações Internacionais. A teoria crítica na área das Relações Internacionais advém de uma problemática referente às teorias tradicionais da disciplina, que são formuladas e pensadas por autores que dedicaram a sua teorização à questão do Estado enquanto provedor de relações sociais e as relações entre os estados globalizados. Teorias essas que estão preocupadas em quem possui a liderança do mundo, se essa liderança é necessária ou não. Além da teorização referente a qual Estado será referência para a restauração do sistema internacional e o seu equilíbrio. As denominadas teorias do primeiro debate, as teorias realistas em debate com a teoria idealista por exemplo. (Cox, p. 87, 1981). Cox ressalta que as teorias dessa primeira leva teórica das relações internacionais possuem problemas que não criam respostas e sim mais espaços para debates. A primeira problemática que Cox aponta é referente à questão temporal; as teorias tradicionais ao passar do tempo devem ser reajustadas, porque se tornam descritivas e passam a não dizer mais o que o momento, a conjuntura está demonstrando em termos de mudanças na totalidade. Além disso, tem o problema de tratar sem particularidade questões históricas das nações que estão sendo analisadas. Com essa problemática, o pensamento coxiano diz que a solução para esses problemas podem vir advindas de duas esferas diferentes: 1) As teorias *problem-solving* - são teorias que buscam a resolução de problemas com o intuito de manter a sociedade, 2) os Estados e seus problemas estanques, não atentos às mudanças.

A força da abordagem de resolução de problemas reside na sua capacidade de fixar limites ou parâmetros para uma área problemática e de reduzir a formulação de um problema específico a um número limitado de variáveis que são passíveis de um exame relativamente próximo e preciso. A suposição *ceteris paribus*, na qual se baseia essa teorização, torna possível chegar a declarações de leis ou regularidades que parecem ter validade geral, mas que implicam, é claro, os parâmetros institucionais e relacionais assumidos na abordagem de resolução de problemas. (Cox, 1981, p. 88).

Outro propósito que acaba por tentar solucionar o problema é a teorização crítica. A teoria crítica das Relações Internacionais, que diferentemente das teorias *problem-solving* buscam, não tenta conciliar os problemas das instituições para fim de mascará-los ou apagá-los, mas busca separar o social e o político, por serem áreas complexas e diferentes e busca a construção de compostas das diversas esferas referentes ao Estado e a sua formação.

Cox define a teoria crítica como algo histórico, com historicidade diferentemente do processo não-histórico vindo das teorias *problem-solving*. (Idem, p. 89).

Dentre essas diversas comparações entre os dois propósitos que foram estabelecidos que vem como solução dos problemas encontrados dentro das teorias de cunho tradicional da disciplina. O autor também enfatiza que é possível o uso por parte da teoria crítica de todo o acúmulo teórico que as teorias de *problem-solving* criam, pode ser utilizado pelos referenciados da teoria crítica, principalmente em perspectiva a analisar governos nacionais ou classes interestatais, mas Cox enfatiza que as teoria possuem cunho conservador e não buscam a mudança do *status quo*.

A teoria crítica contém teorias *problem-solving* dentro de si, mas contém-as sob a forma de ideologias identificáveis, apontando assim para as suas consequências conservadoras e não para a sua utilidade como guias para a ação. A teoria da resolução de problemas aposta na sua maior precisão e, na medida em que reconhece a teoria crítica, desafia a possibilidade de alcançar qualquer conhecimento científico dos processos históricos (Cox, 1981, p. 90).

A teoria crítica possui nexos com a teorização do filósofo e teórico político marxista Antonio Gramsci; os outros autores marxistas também fizeram parte do grande acervo político e teórico em busca de validar e compor a teoria de Cox sobre a teoria crítica, tais como Horkheimer (1991), conforme vários comentadores sustentam (Devetak, 2005, p. 138-139; Halliday, 1999, p. 67; Jahn, 1998, p. 616-617; Morton, 2003, p. 153-154).

A base do materialismo histórico que é a dialética, é a epítome do pensamento e que é utilizado em dois níveis: no nível da lógica, que refere-se aos diálogos sobre as opressões e o confronto contínuo dos conceitos com a realidade que deveria ser representada ali. E o outro nível é o nível da história real, já que a dialética é o potencial para que as forças alternativas garantam o fim das suas opressões em qualquer momento histórico. O materialismo histórico se vê dentro do conflito contínuo de refazer a natureza humana e de criação de novos padrões de relações sociais com a mudança de regras e que novas formas de conflito poderão chegar. (Cox, 1981, p. 95).

Como dito anteriormente, a teorização gramsciana foi utilizada de inspiração para Cox, e Gramsci como pensador político marxista dedica a sua teorização marxista referente ao materialismo histórico, mas o contrasta a fim de propor que a eficácia dos recursos culturais e éticos estão interligados a política. Então, o pensador italiano propõe que a relação entre estrutura, que são as relações econômicas e a superestrutura, as relações da esfera

ético-políticas contém o potencial para considerar os complexos sociedade/Estado como constituintes de uma Nova Ordem Mundial e é possível explorar as formas históricas individuais desses complexos. (Idem, p. 96).

O materialismo histórico centra-se no processo de produção como um elemento crítico na explicação da forma histórica particular assumida por um complexo Estado/sociedade. A produção de bens e serviços, que cria tanto a riqueza de uma sociedade como a base para a capacidade de um Estado mobilizar o poder por trás da sua política externa, ocorre através de uma relação de poder entre aqueles que controlam e aqueles que executam as tarefas de produção. Conflitos políticos e a ação do Estado mantêm ou provocam mudanças, essas relações de produção. O materialismo histórico examina as conexões entre poder na produção, poder no estado e poder nas relações internacionais. [...] O materialismo histórico é sensível às possibilidades dialéticas de mudança na esfera da produção que poderia afetar as outras esferas, como as da ordem estadual e mundial. (Cox, 1981, p. 95-96).

Como construção do debate acerca do que é utilizado pelo Cox para fundamentar sua teoria sobre a teoria crítica e delimitar o que o levou a abraçar o pensamento gramsciano como caráter principal da sua teoria crítica. É importante definirmos qual o papel da teoria crítica e o que a mesma se propõe enquanto teoria das Relações Internacionais. Também como teoria se válida enquanto necessária como experimento de analisar a ordem mundial e seus desdobramentos.

Para Cox, a teoria crítica é uma teoria que se inicia com uma investigação histórica ou uma apreciação da experiência humana, mas não somente analisar, mas sim de observar a problemática, fugindo da relatividade que é prática que é utilizada pelas teorias *problem-solving*. Mas que a teoria crítica subentende sua própria relatividade e que através dessa consciência consegue teorizar sobre acontecimentos históricos de maiores durações e que deve-se teorizar em um sistema aberto. (Cox, 1981, p. 97).

2.1. As estruturas históricas na teoria de Cox

Dentro da teoria marxiana e de seus expoentes como Gramsci, a história tem um porcentual de importância porque ela é a base fundamental para a teorização do materialismo como fonte das complexidades da realidade. A estrutura histórica na teoria de Cox consiste em 3 pontos cruciais que se interagem dentro de uma estrutura. Porque a argumentação acerca disso é que a sociedade pode se mover, resistir ou se opor às pressões, e que ao mesmo tempo que esses pontos se interagem eles podem se opor. Os pontos cruciais que são postos como itens das estruturas históricas são: as capacidades materiais, as ideias e as instituições. (Cox, 1981, p. 97-98).

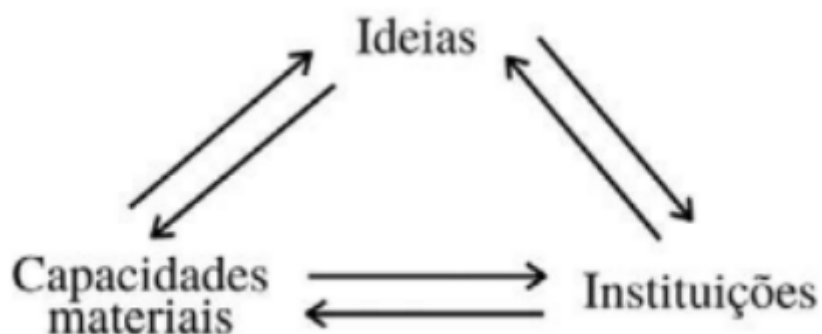


FIGURA 1: As estruturas históricas na teoria de Cox Fonte: Cox, 1981

Essas forças dentro das estruturas podem ser definidas como recíprocas entre si, mas cada uma representa aquilo que exercem em torno da própria estrutura. A capacidade material é referente a capacidade de produção ou destruição, referente a tecnologia ou a capacidade organizacional dessa estrutura. Já as ideias podem ser demarcadas de duas maneiras: uma referente um significado intersubjetivo ou as referências compartilhadas da relação social. E por fim as instituições que são o reflexo das relações de poder prevalecendo seu ponto de origem e costumam encorajar as imagens coletivas de consenso com as demais relações de poder. A institucionalização é o meio de estabilizar e perpetuar uma ordem particular no qual as instituições desempenham relevante papel. O que é definido como institucionalização por Cox é bem semelhante ao que Gramsci afirma ser hegemonia. O que é a hegemonia no sentido gramsciano está presente no 17º parágrafo da obra Cadernos do Cárcere Volume 3, volume no qual Gramsci define os seus pensamentos sociopolíticos atrelados a Nicolau Maquiavel. O marxista italiano define nesse parágrafo e argumenta referente a reconstrução da estrutura e superestrutura, além de definir o que é movimento orgânico e o que é referente às relações de poder. Também define Gramsci sobre as questões das relações internas e externas dos países.

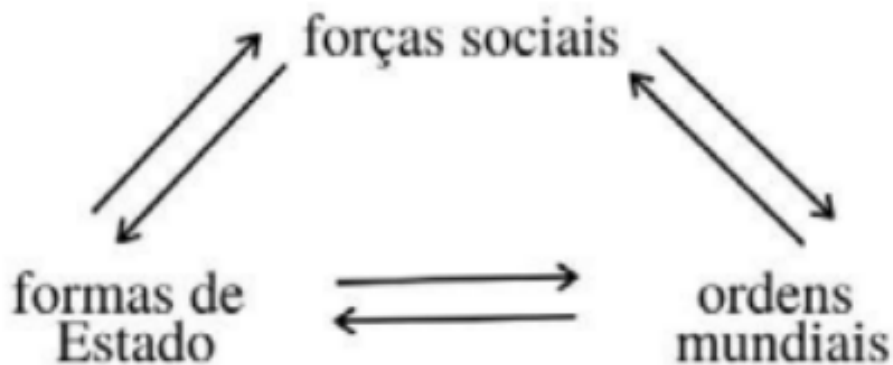


FIGURA 2: Relações de Poder para Gramsci Fonte: Cox, 1981

O autor italiano expõe que as relações de forças sociais estão ligadas a estrutura e ligadas assim no grau de desenvolvimento das forças materiais de produção; portanto, os agrupamentos sociais acabam por representar uma função na própria produção. Além disso, o grau de homogeneidade também está atrelado ao poder das relações políticas e de que forma organizam-se para a conscientização política dos seus, que acabam por se formar em partidos pela colaboração e pela união de ideologias anteriores. Gramsci argumenta que é por meio dessa fase estritamente política que é a formação de partidos e de união de pautas que é a construção da hegemonia. Contudo, o autor também define que essas manifestações transcendem as relações internas, como do Estado, para as externas, são ligadas ao elo da estrutura e da superestrutura. “Uma ideologia, nascida num país mais desenvolvido, difunde-se em países menos desenvolvidos, incidindo no jogo local das combinações” (Gramsci, 2017, p. 37-40). Por fim, as relações de cunho militar que possui entrelaço com as demais duas relações citadas anteriormente e que é de cunho político-militar, pois sua ação não seria alheia aos demais acontecimentos históricos de opressão.

“Tais análises não podem e não devem ser fins em si mesmas [...] Mas só adquirem um significado se servem para justificar uma atividade prática, uma iniciativa de vontade. Elas mostram quais são os pontos de menor resistência, nos quais a força da vontade pode ser aplicada de modo mais frutífero, sugerem as operações táticas imediatas, indicam a melhor maneira de empreender uma campanha de agitação política, a linguagem que será mais bem compreendida pelas multidões, etc. O elemento decisivo de cada situação é a força permanentemente organizada e há muito tempo preparada, que se pode fazer avançar quando se julga que uma situação é favorável. Por isso, a tarefa essencial consiste em dedicar-se de modo sistemático e paciente a formar esta força, desenvolvê-la, torná-la cada vez mais homogênea, compacta e consciente de si.” (Gramsci, 2017, p. 42-43).

Além de Gramsci, outro autor importante para a consolidação do pensamento crítico coxiano é Raymond Williams (1977), e o autor tenta exemplificar ainda mais as relações sobre o que é hegemonia. Williams argumenta que a Hegemonia perpassa pela Cultura e que há uma insistência em relacionar todo o processo social para específicas distribuições do poder e da influência e que esse sentido objetivo só é possível no abstrato, porque há diferenças de classe social até dentro das mesmas classes. E portanto, por meio da união da cultura, há um meio de contestação desse movimento unificador por meios emergentes de resistência àquilo que a hegemonia propõe.

2.2. A hegemonia e a contra-hegemonia coxiana

Com o fim de sintetizar a discussão sobre os pontos teóricos referentes a teorização de hegemonia, como se identifica e como é plausível a teoria de contra hegemonia e aplicá-lo a conjuntura específica analisada por esse trabalho. É necessário também compreender como o autor canadense encara a argumentação que fomenta a discussão que iremos estabelecer em meio a essa temática.

Como maneira de acrescentar a sua teoria, Cox delimita uma questão que auxilia na fundamentação de argumentos e o conserto de erros referentes a falhas de teorias que vieram anteriormente. Para a teoria coxiana é necessário compreender que a teoria crítica é uma teoria híbrida, uma teoria que permite o diálogo com as teorias clássicas em meio a debates que não se encerram em si mesmos enquanto teoria. Um desses exemplos, é a questão da hegemonia, para os neorrealistas, a hegemonia é um caráter de poder dominada por somente um país que possui características de uma posição forte no cenário internacional, como por exemplo a *Pax Britannica* e a *Pax Americana*. Porém, essa teorização do que é hegemonia para os neorrealistas não coube referente às outras demandas que uma hegemonia deveria exercer dentro desse contexto do que era definido como hegemônico. (Cox, 1981, p. 102-103).

A fim de sanar e apresentar uma nova formulação sobre como é a definição de hegemonia para a teoria crítica, Cox define hegemonia como:

A equação da estabilidade com o conceito de hegemonia que se baseia em uma junção coerente ou ajuste entre uma configuração de poder material, a imagem coletiva da ordem mundial (incluindo certas normas) e um conjunto de instituições que administram a ordem com uma certa aparência de universalidade (isto é, não

apenas como instrumentos evidentes do domínio de um Estado particular). Nesta formulação, o poder do Estado deixa de ser o único fator explicativo e passa a fazer parte do que deve ser explicado. (Idem, p. 103).

Ou seja, a hegemonia não está presente somente no Estado como personagem central não deve ser lida como uma estrutura de poder isolada, mas sim como uma estrutura de poder inserida em algo maior, instituições internacionais que dão tamanha legitimidade para a inserção e a atuação desse Estado hegemônico enquanto hegemonia em si. Claramente inserindo esses Estados a um nível de hegemonia no sistema internacional, não comentando somente a política interna desses países já citados como últimas grandes hegemonias. E de onde surgiu o termo contra-hegemonia? Como a mesma se aplica aos cenários internacionais pré-definidos? Como estabelecer essa relação?

Dentre os estudos da historiografia do pensamento de Cox e o que o influenciou por meio da fundamentação teórica da teoria crítica. Não se encontra algo referente a isso da teorização de Gramsci, o pensador italiano não se referiu a essa temática com esse ponto específico, mas parte mais para uma teorização diferente desse critério. O autor dentro que auxiliou a encontrar esse pensamento com o termo “contra-hegemonia” é de Williams, o sociólogo inglês que define a contra-hegemonia como algo histórico, depende da construção das tradições daquela hegemonia e de como pode ser capaz de diluir, reinterpretar e converter aquilo que é ditado pela hegemonia (Williams, 1977, p. 117).

E por fim chegamos a definição de Cox do que é a contra-hegemônia e qual a argumentação possível para a geração desse termo. Contra-hegemonia é argumentada por Cox da presente forma, o autor busca entender então após sintetizar o que é hegemonia referindo sobre o que é e como surge uma nova hegemonia no cenário internacional, e que há duas maneiras 1) a continuação da dominação global e a internacionalização do seu país, seu Estado - ou seja, a continuação do monetarismo como política econômica; 2) a possibilidade do surgimento de uma não-hegemonia no cenário internacional com maneiras novas de fazer política econômica e de manutenção de poder internacional. (Cox, 1981, p. 114-115). Por fim, o autor define que há uma terceira chance de haver um novo princípio de nova hegemonia que seria uma contra-hegemonia. A contra-hegemonia é uma coalizão de países do terceiro mundo contra o país hegemônico no sistema internacional. Como dizia Cox, uma contra hegemonia consistiria numa visão coerente de uma ordem mundial alternativa, apoiada por uma concentração de poder suficiente para manter uma concentração de poder suficiente para manter um desafio aos demais países centrais (Idem, p. 115).

Além de que o autor projeta que isso ocorreria com os países emergentes, ditos terceiro mundo numa linguagem mais tradicional da disciplina, por conta de conjuntos característicos que os países dessa classificação que é denominada por Cox como “*state class*” - ou estados de classe em tradução livre - que seriam Estados que possuem uma combinação de: dirigentes partidários, burocratas, personalidades do ramo militar, com origem em sua maioria pequeno-burguesa, que controla o país e utiliza-se disso para benefício próprio controlando o aparato produtivo do Estado. Podendo ser de cunho político indeterminado. (Ibidem, p. 115-116). “Pode barganhar um melhor acordo dentro da economia mundial de produção internacional, ou pode procurar superar o desenvolvimento interno desigual gerado pelo capital internacional.” (Idem, p. 116).

Como analisar essa conceituação dentro do contexto do governo chinês atual e como comportá-lo dentro de sua atuação no cenário internacional, e como a formação histórica do estado chinês que encontramos hoje é capaz de definir se o país se insere como um protótipo de uma nova hegemonia ou não? E como a visão de Cox sobre a China é necessária para a constatação ou não do desafio do país se portar como a nova hegemonia dos próximos anos?

O caminho percorrido para a sustentação da argumentação coxiana é clara enquanto definidora de um percurso para a análise crítica da ação dos Estados no sistema internacional? O próximo capítulo buscará uma análise que é permeado pela discussão de Cox sobre a China e como se comportou historicamente o país e se o mesmo estará comprovando-se enquanto próxima hegemonia ou em fim, a contra-hegemonia da *Pax Americana* que é designada ao fracasso desde meados da década de 70.

3. O ESTADO CHINÊS

Historicamente, o povo chinês possui entraves referentes à questão de lidar com a união de seu povo como um todo, desde o formato econômico que entende-se como unificadora até a política que vem seriamente sendo atacada nas mais diversas formas desde a sua consolidação nos espaços do Sistema Internacional.

Dentro da literatura de Robert W. Cox, autor canadense de política internacional, põe como questão importante para tamanha união dos povos que compõem a China, primeiramente a religião, uma religião não necessariamente monoteísta, que é um formato reconhecidamente pelo autor como religião autoritária e um formato de religião que foi “enviada” com viés de naturalidade para os países mais a ocidente do mundo com a Revolução Industrial. Além de que a “exportação natural” do monoteísmo e os primórdios das religiões fez com que os povos que foram sujeitos ao modelo religioso monoteísta vivessem uma dicotomia sobre absolutismo e relativismo. (Cox, 2010, p. 6).

A partir disso, a tese de que a China passa por processos que o autor denomina de ciclo, por conta das mudanças sobre a visão política e de civilização. Este ciclo vicioso tem as seguintes características: decai em corrupção, inicia um processo de revolução ou de profunda mudança, reformas dentro do processo revolucionário e por fim o ciclo recomeça. (Idem, 2010, p. 6). Com isso, a mentalidade chinesa vive em conflitos e passa a ser moldada a partir de grandes pensadores como: Confúcio, com a sua ideia de princípio moral, e com o legalismo que objetiva a uma visão mais voltada para a realidade, o realismo da situação. E o Taoísmo, religião milenar do Leste Asiático, que enfatiza sobre a necessidade do conflito para o desenvolvimento humano. (Idem, 2010).

Diferente da China, os países ocidentais possuíam o monoteísmo e por meio deste que foi secularizado e refeito a fim de garantir o crescimento econômico das revoluções que viriam a ser denominadas de industriais. “O sentido da mudança tornou-se movimento em direção a uma unidade preordenada de pensamento e vida organizada que parecia latente na trajetória histórica ocidental.” (Idem, 2010).

É nítido que para a literatura de Cox esses movimentos do ocidente não ocorreram somente em países ocidentais ou vítimas do imperialismo, mas a tentativa de mudanças de ideias também vieram de dentro da China houveram diversas revoluções ou reformas que vieram no país semelhante às que foram vistas nos Estados Unidos e na Europa no modelo de “fim da história e o reinado de valores absolutos”, como por exemplo: A Revolução Cultural e a revolta Taiping.

Antes de adentrarmos na perspectiva de consolidação do sistema político atual que é atribuído à China, é necessário retroceder para exemplificar como que se deu esse caráter de mudança de *status quo* para os chineses.

A sociedade chinesa é marcada por diversos processos já referidos anteriormente neste capítulo que forma uma espécie de ciclo que é comum na história do país. Os chineses são marcados por diversos processos que são definidos como ciclos históricos definidos por Cox e outros autores que se debulham a teorização pós gramsciana. O país então passa por um momento definitivo em sua história que é marcada pela Revolução Socialista, que é um processo que se inicia ao longo de 1911, com a Revolução *Xinhai* e se encerra em 1949, com a subida de Mao Tsé-Tung ao poder.

Durante o extenso processo da revolução chinesa houve diversos momentos que colocaram em xeque a unidade do povo chinês por si só. A começar pelo processo de revolução iniciar em uma batalha clássica entre os revolucionários e quem possuía o governo no momento. Primeiro tivemos de momento em 1911, a queda da dinastia Qing, com os nacionalistas chegando ao poder da China. A figura central que mobiliza essa revolução e se torna um personagem histórico da queda da dinastia Qing foi Sun Yat-sen. Movimento esse que se iniciou pela insatisfação do povo chinês das mais diferentes escolas da Ciência Política, ao formar a Liga Revolucionária. Com a vitória e queda da dinastia há uma heterogênea no movimento de cunho republicano e surge a figura histórica de Yuan Shikai, que consegue o governo central do país após a desistência de Yat-sen e promove um envolvimento do país na I Guerra Mundial ao lado da França e da Inglaterra. O que abre o país a uma proximidade com os países alinhados na I Guerra e que isso abre as portas para a retomada dos países ocidentais França, Inglaterra e Estados Unidos no país novamente, juntamente ao aliado Japão. O que abre em questão o debate na sociedade chinesa sobre soberania e de controle de seu próprio país.

Sun Yat-sen, mesmo exilado no Japão, transformou a Liga Revolucionária em um partido denominado *Guomindang*. E com a ascensão da vitória dos Bolcheviques na Rússia, viu-se a necessidade da criação de um partido inspirado na vitória bolchevique comunista, com ideários marxianos e marxistas, e no ano de 1921 marca a formação do Partido Comunista da China (PCCCh), inspirados na III Internacional Comunista, movimento internacional ao qual o partido ingressou, que inicia seu trabalho de base no país na aproximação com os operários e após com maiores contribuições de Mao Tsé-Tung e Peng

Pei passaram a ver o movimento camponês e as táticas de reforma agrária como pontos importantes para concretude da Revolução no país. (Pomar, 2003, p. 41-43).

No início esses ambos partidos buscaram uma aproximação principalmente pelos os caminhos das vias democráticas, majoritariamente democrático-burguesas, mas que alinhavam-se a tentativa de buscar a soberania da China em sua posição como um país livre, porém com a morte de Yat-sen em 1925 e a subida ao poder central do Guomindang de Chiang Kai-chek essa aliança tática é desfeita, pois o partido de Kai-chek conquista o poder do país por meio de um golpe militar e considera as táticas e os movimentos camponeses e agrários são uma ameaça ao seu governo que eram colaboradores até pouco tempo. O que foi já que na tentativa de resistir ao golpe do Guomindang foram feitos dois levantes populares, um deles que formulou e fundou o Exército Vermelho. “Em muitas áreas rurais, os latifundiários assumiram o controle das milícias locais e voltaram-nas contra os revolucionários. Apesar disso, o Guomindang foi detido em sua ofensiva pelas próprias disputas internas” (Idem, p. 48-49).

Por todo esse caminho inicial da inspiração revolucionária de Mao foi tratada como provinciana pelos demais dirigentes do PCCh, porque ele focava suas questões nos movimentos camponês e agrário fazendo com o que descentralizasse aquilo que era dito pelos marxistas e a própria literatura de Marx-Engels que inspiraram a revolução socialista. Era nítido por meio dos estudiosos e formuladores políticos do Partido Comunista que havia uma inspiração imperialista no governo principalmente a aspiração pela democracia ocidental, porém pelas formulações de Mao utilizam-se de uma estratégia que envolve a criação e a fomentação de pequenos locais de dominação do exército vermelho, a fim de cercar a guerra civil de aniquilamento do Guomindang. Porém, em meio às grandes guerras civis, os avanços e os retrocessos do Exército Vermelho, houve a invasão japonesa no país, o que favoreceu uma estratégia diferenciada de ambas as partes de luta.

As formulações do PCCh sobre a questão da invasão japonesa no país foi de que o Japão utilizava-se de sua presença imperialista na região para fomentar o fim de países soberanos na região, a invasão do Japão na China representava uma chance de aniquilação da China, junto a isso, o Guomindang também ressonava na mesma questão, o que fez com o que as duas forças opostas na guerra civil unissem suas forças no intuito de retirar as tropas japonesas do país, a fim da garantia de soberania e por fim a influência imperialista de cunho ocidental que o Japão operava na região.

A partir daí, a Revolução Chinesa transformou-se em Guerra de Resistência Anti Japonesa. E o conflito armado entre o Guomindang e o PC transformou-se numa frente única armada contra o inimigo estrangeiro. Porém, as estratégias do Guomindang e do PC não foram idênticas. (Pomar, 2003, p. 58)

A invasão conjuntamente com a guerra contra os imperialistas acabou por meados dos anos de 1945, semelhantemente ao fim da II Guerra Mundial, a qual o Japão e seus aliados políticos – na época, a Alemanha. Porém ao fim da guerra, o Exército Vermelho viu-se em uma encruzilhada, pois ele exigia fim da ditadura e reorganização política do país com uma assembleia eleita pelo povo, mas o Guomindang ainda quis o auxílio estadunidense ao sugerir um Comitê Tríplice para convocar uma assembleia nacional. (Idem, p. 74)

As tentativas de reorganizar o país e de negociar para o fim da guerra civil foram muitas, mas inspirados pela visão estadunidense, Chiang buscava uma tratativa que não favorecesse a construção de uma nova China que seria em construção conjunta ao PC. Os Estados Unidos utilizavam-se de seu poderio e as conquistas em áreas próximas e a derrota do Japão com o intuito de substituí-lo como hegemonia na região. Por este motivo, o principal, o Guomindang e o PC não conseguiram fortalecer suas alianças, o que culminou numa volta para a guerra civil que há de ser o último momento de não-conflito direto entre essas duas forças.

Com esse novo estado de guerra, a diferenciação de táticas na antiga guerra imperialista, as forças utilizaram de técnicas diferentes e por fim o Exército Vermelho saiu com um exército revigorado de maior inserção nas áreas estratégicas definidas e defendidas em congressos do PC, fazendo com o que os soldados do exército branco mesmo treinado pelos estadunidenses tivessem sucessivas derrotas. O movimento revolucionário do PC emergiu também nos centros urbanos e acadêmicos do país fazendo com o que as demandas e os lemas trazidos do exército vermelho ganhassem força e reverbera-se ainda mais na população. A Guerra Civil Chinesa se encerra no dia 1º de outubro de 1949, quando Mao e os demais proclamam a República Popular da China. (Idem, p. 76-82).

A primeira preocupação do novo governo popular voltou-se para recuperar a economia destruída pela guerra, liquidar a inflação, reduzir o desemprego e criar as condições para o desenvolvimento. No campo, ao ser promulgado oficialmente a Lei de Reforma Agrária, em junho de 1950, o novo sistema agrário já havia sido implantado em várias regiões pelo *fanshen* de vários camponeses (Pomar, 2003, p. 83).

A tão bem-sucedida revolução chinesa de tantos anos e muita resistência do povo chinês veio a enfrentar uma das suas primeiras crises, voltada principalmente à questão da

corrupção, que é um dos problemas que tentam a ser resolvidos desde a da dinastia Qing. Esse momento histórico da queda pós-revolução representa uma parte do ciclo histórico defendido por Cox e que tenta resolver esse problema perpassa na Revolução Cultural da China. A revolução cultural chinesa constitui-se pelo sentido de reencontrar a essência de um novo país para os próprios chineses. Desencadeando uma prova do que foi teorizado por Cox em sua análise histórica sobre a China e também sobre a abordagem trazida sobre a teoria Crítica.

Atualmente, como atua o Estado Chinês enquanto membro assíduo do Sistema Internacional? Como o país se apresenta internamente e no âmbito internacional como uma figura relevante e que alça parcerias em todos os diversos continentes? Como o mercado interno chinês é organizado? Para as demais perguntas cabe uma análise de que forma se tem o governo chinês, quais foram as heranças trazidas de seu último momento de reorganização social que é a Grande Revolução Cultural e a abertura comercial realizada em meados dos anos 90 (Pomar, p. 105, 2003). Dentre essa perspectiva, o que temos é uma visão mais atualizada do que viria a ser nomeado como economia chinesa de mercado, que difere em síntese das lógicas pensadas por um mercado fechado que é pensado por pensadores econômicos marxistas. E qual é o impacto desta decisão para os próximos anos da sociedade e do Estado chinês?

Para Jabbour e Gabriele (2021) há duas variáveis de Estados socialistas atualmente, e determina que as experiências socialistas são países regidos pela força política com um processo que visa estabelecer, fortalecer e desenvolver o sistema. Com uma economia planificada, o país é estabelecido como “socialismo de mercado” ou como os autores definem “economias planificadas de orientação socialista de mercado”. Instrumenta-se assim o mercado e a política para si.

Em alguns escritos Cox (2013) dá ênfase nos indícios da substituição da *Pax Americana*, com uma aparente decadência em meados dos anos 80, devido a derrota política e social na Guerra do Vietnã (1975) e alguns movimentos de cisão política e social que ocorriam nos Estados Unidos, outros fatores que indicam uma certa decadência é a bem-sucedida Revolução Cultural da China, que foi finalizada em 1984, como ponto de partida para uma previsível pax Chinesa.

Em um trabalho de campo que é divulgado pelo livro “*Universal foreigner: the individual and the world*” que existiam cerca de três problemas que a China devem sanar

enquanto se tornava um país autossustentável: 1) Trazer toda a população para os ramos da produção e da redistribuição; 2) Aumentar o nível de acumulação, fazendo com que o país desenvolva maiores atividades econômicas a fim de aumentar a produtividade; 3) Aumentar o nível da tecnologia. Problemas que sempre foram explícitos durante várias décadas e anos na China (p. 285-286). Estes problemas citados por Cox e por Pomar foram resolvidos com políticas de reformulações de cunho maoista defendidas por Deng Xiaoping, que no 11º Congresso do PCCh defendeu um incentivo à industrialização do país e uma diminuição nos ramos da agricultura. Claramente que gerou alguns setores mais voltados para a agricultura, mas os números expressivos são vistos:

A política de industrialização sem deslocamento populacional já havia avançado muito em 1984, especialmente nas zonas rurais próximas aos grandes centros urbano-industriais. No condado de Jia Ding, perto de Xangai, a distribuição da força de trabalho em 1958 tinha sido de 95% na agricultura, 5% nos bastidores e 0% na indústria. Em 1983, eram 46% na agricultura, 8% nos paralelos e 46% na indústria. Em uma aldeia perto de Shenyang que visitei, a distribuição da força de trabalho em 1983 era de um terço na agricultura, dois terços na indústria e, em termos de produção, a indústria representava 70% do valor total. (Cox, 2013, p. 287).

Houve também, durante esse processo de mudança econômica na China, mudanças ocorrerem novos empregos foram criados, alguns trabalhadores mudaram de setor a fim de satisfazer as necessidades do país. Todo processo organizado e pensado pelos membros do PCCh e a influência do partido era nítido enquanto Cox visitava as indústrias e outros ramos da economia chinesa.

A organização do trabalho existente nas fábricas que visitei não me pareceu propícia à fragmentação do trabalho numa forma de produção em massa taylorista. No extremo mais primitivo da escala tecnológica, o trabalho era feito por trabalhadores individuais, cada um em sua própria bancada. (Cox, 2013, p. 290).

Porém, a preocupação em torno do desenvolvimento chinês e de sua consolidação como um estado autossuficiente perpassa por um modelo convencional de produção, o Taylorismo, mas Cox afirma que não viu fábricas ou locais desse modelo que ferissem o ideal do socialismo regrado em cidades chinesas comuns, exceto em Hong Kong (Idem, p. 290). O trabalho intelectual também é lembrado pelo autor canadense, já que o trabalho intelectual demonstra uma distinção dos demais tipos de trabalho e essa função teve uma reabilitação, remodelação após a Revolução Cultural e os trabalhadores intelectuais ficaram em situações ambíguas. Atualmente, na China, há diversos tipos de trabalhadores intelectuais, porque alguns ficam inseridos nos ramos governamentais, posições de prestígio e celebrados no partido, e os de nível inferior que seriam os “gerentes” e os professores em níveis mais básicos da educação (Idem, p. 291). Mas, o autor diz que há um investimento específico para

essas áreas, porque os trabalhadores mesmo assim ainda devem buscar a carreira acadêmica para ser funcionário desses ramos de mais alto patamar.

Mesmo com uma mudança brusca na prioridade das relações de trabalho na China - a industrialização sendo mais buscada pelo processo de avanço da produção e de sua independência financeira -, o país manteve a agricultura como principal base dos seus negócios e as suas relações de troca (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 161). A forte tendência à industrialização e a abertura econômica faz com o que a China busque estratégias diferentes para conquistar esses feitos e recuperar o país economicamente durante os anos de 70 a 80. Depois dos processos das TVEs (Township and Village Enterprises), o país viu-se voltado para o desenvolvimento das GCEE, os Grandes Conglomerados Empresariais Estatais, processou que iniciou-se em 1978, mas que ganha força e um papel relevante em meados dos anos de 1990. O processo é consideravelmente lento, e significou uma série de reformas na China que favoreceram para o crescimento exponencial do setor industrial (Idem, p. 181). Esses grandes conglomerados faziam com o que as empresas que deveriam ser de cunho 100% estatal, fossem de capital misto, ou seja, empresas privadas e estatais se organizam para exercerem o que lhe foi atribuído para o crescimento tecnológico e industrial da mesma. Outro fator que colaborou para o crescimento econômico e tecnológico da China na época foi a aspiração do país para se tornar a “fábrica do mundo”, como citado anteriormente, os Estados Unidos tiveram uma crise após a Guerra do Vietnã e que fez com o que os seus juros ficassem caros. Mas, isso só foi possível - a transformação da China em fábrica do mundo - porque “foi um entrelaçamento das reformas chinesas com o circuito ultramarino chinês, que tornou a recepção de investimentos estrangeiros diretos outro fator de mudança na estrutura de propriedade do país.” (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 182). E fez com o que o país se tornasse o primeiro lugar das IED, com 45% do setor no mundo (Idem, p. 183). O GCEE diante de dúvidas se fortifica ao longo dos anos e apresenta uma diminuição do investimento estatal ao longo dos anos, enquanto há um maior investimento público, do Estado no processo de investimento nessas empresas.

Após essa análise, voltada para as visitas e as relações de trabalho na China, Cox faz uma análise preocupante sobre os papéis da revolução e o que os chineses buscavam com a mesma, já que houve uma abertura para diversas fontes de uma corrupção dentro do governo chinês, “um leque para diversos abusos de poder” (Cox, 2013, p. 291). Mas que a junção da filosofia de Confúcio e da teoria marxista faz marchar a China para uma legitimação de uma nova liderança. Em uma perspectiva mais atualizada em torno dos

avanços da economia chinesa e de melhorias realizadas em suas reformas e reestruturação após os perturbados anos, é necessário que façamos uma análise sobre o seu valor mercadológico hoje em dia e o que diz as metas do PCCh atualmente, nos ramos sociais e financeiros. É nítido que hoje a China é um dos países do mundo que mais cresceram economicamente nos últimos anos, muito desse crescimento se deve a sua variedade de opções ao ter um Estado fortificado e que pode aumentar os investimentos com o auxílio das demais fontes de renda. Jabbour e Gabriele (2021) dizem que: “Os chineses desenvolveram uma estratégia de desenvolvimento que possibilitou ao país formar uma grande trincheira institucional e financeira que o coloca nos limites do *metamodelo* de produção e do estágio financeirização do capitalismo”.

Atualmente, segundo o Banco Mundial, em seus estudos lançados em 2022, a China possui um PIB no valor de 17 trilhões, com o crescimento de 3% em 2022, mas com previsão de crescimento para os 5% em 2023. E o seu Poder de Paridade de Compra (PPC) está na base dos 25,7 trilhões de dólares. O que demonstra uma explícita demonstração da soberania e do reconhecimento internacional que o país possui, e além disso, Jabbour e Gabriele (2021) demonstram que a RPC para alcançar o propósito da soberania monetária já está com a formação de bancos de desenvolvimento capazes de financiar projetos e a execução de políticas fiscais que geram o pleno emprego da força de trabalho.

Com uma taxa média de investimento em relação ao PIB acima de 40% nas últimas décadas, tornam-se evidentes as possibilidades abertas pelo aumento da liquidez da economia sem pressões inflacionárias, o que é fundamental para um crescimento de longo prazo, e mesmo para validar a demanda efetiva de longo prazo e sustentar os déficits externos crescentes com medidas típicas de Estado “empreendedor em chefe” (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 202).

Desta forma, o BDC, o Banco de Desenvolvimento da China, financia e facilita as políticas fiscais e monetárias por meio de empréstimos, e é por meio deste que a China se coloca como principal economia do mundo e demonstra sua soberania financeira. O fator risco para a economia chinesa também é inferior, já que os empréstimos geram dívidas, mas essa dívida é menor do que em países desenvolvidos como: Estados Unidos, França e Japão. Cerca de 95% das dívidas da China são de moeda interna (Jabbour e Gabriele, 2021, p. 205). Assim, o Estado chinês, hoje, é um país e uma nação consolidados no que refere-se à soberania e o seu crescimento é nítido aos demais países e instituições com quem faz relação colocando-se como protagonista do sistema internacional dos próximos anos ali. Mas, que essas mudanças para Cox no ramo político-econômico da China dá brechas para um novo

ciclo de corrupção ascendente e faz com o que o país tende a mudar a estratégia a fim de superá-la.

4. A CHINA E O SISTEMA INTERNACIONAL

Este capítulo busca entender como a teoria crítica atribuída a Cox funciona dentro das relações internacionais promovidas pela a China e sua forma de Estado e como isso interfere nas relações com os demais países e as instituições internacionais. Para obter um entendimento do funcionamento dessas entidades externas, é preciso entender qual é o papel que a mesma exerce, como surge, e qual a visão de Cox sobre as mesmas. Portanto, a construção desse capítulo se dará em 3 etapas: 1) A ONU e o Conselho de Segurança; 2) A teoria coxiana sobre as Organizações Internacionais; 3) O posicionamento chinês nas relações entre os países.

4.1. A ONU e o Conselho de Segurança

A Conferência de São Francisco, momento esse em que foi assinado a Carta de Declaração das Nações Unidas. Carta esta que rege o que vinha a ser a ONU (Organização das Nações Unidas), eram em torno de 50 países que enviaram delegações para que a conferência ocorresse. Com uma justificativa de garantir a paz mundial e a promoção nas mais variadas esferas e países do mundo (Nações Unidas, 2023). Com isso, após 4 meses da conferência os países signatários em sua maioria e os países referidos como importantes para a validade do processo de formação da ONU - China, União Soviética, Estados Unidos, Grã-Bretanha e a França - e é uma grande instituição e que continua atuando para fins e tentativas de assegurar a paz mundial. Além disso, a Conferência realizada em São Francisco foi responsável pela formulação de um Tribunal e de uma legislação para solucionar problemas advindo das quebras das resoluções e de crimes internacionais.

O Conselho de Segurança da ONU (CSNU) possui a missão de ser o operante em busca da paz mundial, ou seja, eles são os responsáveis pela manutenção da paz e da segurança internacional como um todo. E quem é membro desse conselho são os países membros permanentes (China, União Soviética, Estados Unidos, Grã-Bretanha e França) que possuem o poder de veto de propostas feitas na Assembleia Geral e no próprio Conselho e mais 10 membros não permanentes que não possuem o direito ao veto, que são eleitos a cada 2 anos (Nações Unidas, 2023). Primariamente, essas organizações diziam possuir a função de tentar segurar o rumo do mundo de uma Terceira Guerra Mundial, já que a Guerra Fria escalava de modo avassalador e a instituição fez com o que países opostos apertarem as mãos para combater a guerra e outros meios de violência. A China, o nosso país de análise,

participou ativamente das construções do espaço das Nações Unidas, foi um dos países signatários e auxiliou dessa forma a construção desses espaços, isso anteriormente a Revolução liderada pelo PCCh, o que alterou a natureza das relações diplomática com outros países e como a hegemonia mundial era demonstrada pelos EUA - *pax americana*-, a China após a revolução obteve seu título de país com cadeira permanente, devido a restrições e embargos realizado pelos aliados do governo estadunidense, cedido a outra região, a região de Taiwan, local este onde os antigos líderes políticos da China se abrigam (Rinaldi, p. 70, 2021). Nitidamente, a entidade representava a um pensamento, a uma ideologia e por meio desta fez a prosperidade e a segurança da Pax Americana até os dias atuais.

4.2. A teoria coxiana das Organizações Internacionais

A teoria de Cox sobre as Organizações Internacionais, as OI, remonta a questão das relações de força, uma temática que é referência a Gramsci, que já foi apresentado no primeiro capítulo que permeou esse trabalho, as relações de força são três: capacidades materiais, ideias e instituições. As 3 são recíprocas e possuem características próprias e referente ao que é instituição, institucionalização que Gramsci chama de Hegemonia. “As instituições podem se tornar âncoras para uma estratégia hegemônica, uma vez que se prestam tanto às representações de interesses diversos quanto à universalização das políticas” (Cox, p. 23, 2021). E por meio do trabalho sobre análise das estruturas que determinam uma hegemonia, Cox escreve sobre a estrutura histórica e diz que a mesma possui três níveis: 1) organização da produção; 2) formas de Estado; 3) ordens mundiais. E são inter-relacionados da mesma forma como a teorização de Gramsci, porém de forma unilinear. (Idem, 2021).

Por ser de uma teorização híbrida, Cox não se atém apenas a teorização gramsciana, que o próprio Cox destaca como fonte principal da teoria crítica, mas também relembra das teorizações e pensamentos dos clássicos e das teorias *problem-solving* para a formulação de uma hipótese e dessa forma possuir sua resposta. Para justificar qual a sua teoria às Organizações Internacionais, as apelidadas de OI, no texto “Forças sociais, Estados e Ordens Mundiais: Teoria para além das Relações Internacionais” Cox busca entender qual o papel dessas instituições que vieram agrupando países de ideologias e de poderes econômicos diferentes para uma pacificação do mundo. Neste tópico sobre a hegemonia e organizações internacionais remonta ao pensamento de Robert Keohane sobre a estabilidade hegemônica, em que Keohane define “[...] as estruturas hegemônicas de poder, dominadas por um único país, são as mais propícias ao desenvolvimento de regimes internacionais fortes, cujas regras

são relativamente precisas e bem obedecidas.” E busca desta forma analisar por meio de um estudo de caso como a decadência da *Pax Britannica* e a ascensão da *Pax Americana* ocorreram, e de como o declínio da *Pax Americana* também estava para ocorrer e que a teoria estabelecida por Keohane se encontra como insuficiente para a constatação do último declínio citado.

Uma abordagem alternativa poderia começar redefinindo o que deve ser explicado, a saber, a estabilidade relativa de sucessivas ordens mundiais. [...] Nessa formulação, o poder estatal deixa de ser o único fator explicativo e passa a fazer parte do que deve ser explicado. Essa reformulação da questão aborda uma grande dificuldade na versão realista apontada por Keohane e outros, a saber, como explicar o fracasso dos EUA em estabelecer uma ordem mundial estável no período entre guerras, apesar de sua preponderância de poder. Se a dominância de um único Estado coincide com uma ordem estável em algumas ocasiões, mas não em outras, então pode haver algum mérito em examinar mais de perto o que se entende por estabilidade e, mais amplamente, quais devem ser suas condições suficientes. O domínio de um Estado poderoso pode ser uma condição necessária, mas não suficiente para a hegemonia.” (Cox, 2021, p. 25).

Cox refaz a análise sobre as perspectivas que levaram a *Pax Britannica* e a *Pax Americana* a serem diferenciadas e que a hegemonia desses ambientes é dada de forma diferente em ambas.

As normas da economia liberal (livre comércio, padrão ouro, livre movimento de capitais e pessoas) ganharam ampla aceitação com a difusão do prestígio britânico, proporcionando uma ideologia universalista que representava essas normas como a base de uma harmonia de interesses. (Idem, p. 26.).

Além disso, a hegemonia britânica tinha o caráter marítimo acentuado, ou seja, o país era uma grande potência marítima, mas isso foi perdido depois de inúmeros desafios que a hegemonia enfrentou, contestação alemã períodos anteriores a Segunda Guerra Mundial, a ascensão do protecionismo e o fim do padrão ouro na economia mundial. Por fim, a institucionalização de entidades internacionais como a Liga das Nações. (Idem, 2021).

Para Cox, a ascensão da hegemonia estadunidense se dá na diferenciação deste modelo dito anteriormente, a *Pax Americana* encaixa-se de forma mais rígida na hegemonia mundial, ou seja, tiveram mais mecanismos de defesa contra possíveis ataques, como por exemplo: alianças entre países criadas para conter o avanço da União Soviética, Bretton Woods, e utilizou-se de entidades internacionais para difusão de sua ideologia de forma a ser tratada como uma hegemonia universal.

Uma vez que os Estados agora tinham um papel legítimo, necessário e evidente na gestão econômica nacional, tornou-se necessário tanto multilateralizar a gestão administrativa da economia internacional quanto dar a ela uma qualidade intergovernamental (Cox, 2021, p. 26).

Desta forma, a teorização coxiana dá um parecer referente a hegemonia “A noção de hegemonia como um encaixe entre poder, ideias e instituições torna possível lidar com alguns dos problemas da teoria da dominação do Estado como a condição necessária para uma ordem internacional estável.” Além de que, a hegemonia não está necessariamente associada somente a questões materiais já que a ideologia também possui um papel fundamental para as conexões entre os poderes materiais de poder e as demais fontes de persuasão do mundo. Algo referente a essa teorização é a sua fragilidade de tratar as relações sociais como algo dado em uma só região, em um só país, mas as relações dadas não ficam somente dessa forma, o que acaba por fragilizar a teorização. Mas, é necessário entender como as determinadas ações são coercivas ao ponto de estabelecer uma nova hegemonia. Dessa forma, que o termo “imperialismo” é regido dentro da teorização de Cox, o mesmo afirma que é um termo vago e que deve ser utilizado diferentemente a cada período histórico que o mesmo é inserido. Já que durante a hegemonia britânica foi utilizado de uma forma a garantir que as metrópoles estejam mais ligadas à colônia, com obras de infraestrutura e de administração de matérias-primas, assim gerou uma construção de um terceiro mundo ou do mundo emergente em uma nova literatura, que por sua vez gerou um conceito denominado de antiimperialismo.

O sistema imperial é uma estrutura da ordem mundial que se apoia em uma configuração particular de forças sociais, nacionais e transnacionais, e de Estados centrais e periféricos. Deve-se tomar cuidado para não cair em uma linguagem da reificação ao falar de estruturas; são estrangulamentos à ação, não atores. O sistema imperial inclui algumas organizações formais e menos formais no nível do sistema por meio das quais as pressões sobre os Estados podem ser exercidas sem que essas organizações no nível do sistema realmente usurpem o poder estatal. O comportamento de determinados Estados ou de interesses econômicos e sociais organizados, entretanto, encontra seu significado na totalidade mais ampla do sistema imperial. As ações são moldadas tanto diretamente, por pressões projetadas por meio do sistema, quanto indiretamente, pela percepção subjetiva, por parte dos atores, das restrições impostas pelo sistema (Cox, 2021, p. 30).

É nítido que ainda no surgimento de grandes hegemonias as mesmas utilizam algumas técnicas utilizadas pela anterior, como o Neomercantilismo, mas se utilizam de novas formas de manter-se como potências hegemônicas como, por exemplo, a institucionalização de suas relações entre países e a iniciação de novas entidades internacionais com o intuito de promover e garantir a conciliação interna e externas das relações entre os países. Ainda como exemplo no caso da hegemonia estadunidense, a construção do FMI e do Banco Mundial, que são instituições que criam uma espécie de auxílio financeiro a países mais fracos economicamente, porém acabam por servir de mecanismos a supervisionar países e a submeter normativas para os mesmos seguirem, harmonizando, desta forma, as políticas nacionais de todos os países capitalistas do mundo. (Cox, 2021, p. 31). “Certamente, tal

processo político internacionalizado pressupõe uma estrutura de poder na qual as agências centrais do governo dos EUA estão em posição dominante.” (Ibidem, 2021). Mas, mesmo sendo uma relação de dominância, o convencimento vinha por meio da barganha e da não atenção às diferenças políticas em questionamento. O que gera o processo denominado por Cox (1992) como multilateralismo, conceito este que só pode ser compreendido dentro de uma estrutura histórica. O multilateralismo pode ser definido como uma simples relação entre dois países ou mais a respeito de um problema em comum, pode-se ser utilizado dentro também sobre trocas econômicas. O multilateralismo é utilizado também pelo *hegemon* para a consolidação de sua ideologia dentro dos parâmetros universais que são propostos pela mesma. “O multilateralismo tem de ser considerado a partir da sua capacidade de representar as forças em ação no mundo, tanto a nível local como a nível global.” (Cox, 2012, p. 163).

Cox também destaca a internacionalização da produção e de como essa internacionalização engendra processos envolvendo classes e posições dos Estados em contextos que permitem identificar a periferia e o centro do capitalismo. Conforme Cox, isto se relaciona à forma de investimento direto, ou seja, o controle financeiro dessas ações se dá pelo próprio processo de produção e permanece com o originador do processo. Beneficiando desta forma, somente os países no centro do capitalismo. Com esse benefício direto apenas aos países com um capitalismo mais forte no sistema internacional, essa produção internacional acaba por mobilizar forças sociais - que saem somente do espectro interno e garante espaço nas demais relações entre os países. De forma básica é, os países emergentes vendem sua mão de obra e seu espaço geográfico para a instalação de empresas transnacionais, que acabam por fornecer a tecnologia para que esses países possam operacionalizar a produção no território nacional dos países emergentes. Mas, como foi dito anteriormente, os benefícios destas relações caem somente em países que oferecem a tecnologia - o recurso financeiro majoritariamente fica com os países hegemônicos do capitalismo - e não auxilia, por isso, Cox (2021) afirma que “Não importa o quão rápido a produção internacional se espalhe, uma grande parte da população mundial nas áreas mais pobres permanece marginal à economia mundial, sem emprego, renda ou poder de compra derivado destes.” Isto não tira a condição periférica que é criada nessa nova relação do capitalismo. Além disso, a internacionalização da produção e as funções que competem às OIs criam uma sintomática questão definida por Rinaldi e Pires (2021) que é a sensação de consenso sob uma agenda com o propósito de propaganda e de aderência a ideologia hegemônica. Dentro desta teorização, Cox cita uma série de barreiras criadas pela hegemonia

que são utilizadas nas OIs como ferramentas, uma dessas barreiras que são criadas por essas entidades internacionais é barrar o crescimento e instauração de propostas feitas pelo Terceiro Mundo. “As OIs permitem tanto a expansão das forças econômicas e sociais dominantes quanto o consensual absorção de forças contra-hegemônicas. São espaços para resolver conflitos sem perturbar a ordem” (Rinaldi; Pires, 2021, p. 65).

Com isso, cabe a análise do comportamento dos chineses nessas relações sobre o capitalismo global hoje e como a China aparenta demonstrar uma busca de uma incipiente contra-hegemonia no seio das OIs.

4.3. O posicionamento da China nas Organizações Internacionais e nas relações interestatais

Como dito, a China foi um importante país na consolidação da ONU e dessa forma também membro permanente do Conselho de Segurança. Todavia, tal condição não ocorreu no período mais imediato ao processo de revolução. Em tal período, houve um bloqueio dos demais países do bloco ocidental e que fez com o que o seu poder de país com veto no CSNU passasse para Taiwan - local onde os opositores políticos da revolução foram se abrigar e tiveram apoio dos EUA e dos demais países que possuíam um estreitamento de relações com o mesmo. Este bloqueio foi realizado em meados dos anos 50 e também junto a esse bloqueio Mao Tse-tung acreditava que os países junto a essas organizações eram submissos à dominação dos EUA, ou seja, mesmo sem o bloqueio a RPC não estaria se alinhado politicamente com a instituição. Dessa forma, houve uma aproximação sino-soviética durante esses primeiros anos pós-revolução socialista (Cox, 2013 p. 285,). Porém, com a aproximação do Terceiro Mundo dessas pautas a China começou a alterar a sua visão em torno daquilo que eles haviam formulado anteriormente sobre as Nações Unidas e outras instituições serem só países subservientes aos Estados Unidos. Faz-se com que a aproximação da China e os países emergentes fossem se aprimorando cada vez mais durante os anos 60 e 70. E devido a conflitos de cunho territorial, o lado soviético e o lado chinês perderam sua aliança no momento e trouxeram outro tipo de posicionamento político da China (Cox, 2013, p. 293).

É nítido também que com a internacionalização da produção e a instauração de novas entidades internacionais, houve uma mudança drástica de como as relações entre os países se

davam, Rinaldi e Pires (2021) referindo-se a crise do multilateralismo definida por Cox (1992).

Nessa perspectiva, a crise do multilateralismo emergiu na década de 1980 em uma tendência por parte dos Estados Unidos e de alguns outros países poderosos de rejeitar as Nações Unidas como um veículo de ação internacional e um movimento por parte desses países em direção ao unilateralismo ou ao domínio coletivo em questões econômicas e políticas mundiais. O contexto em que essa mudança ocorreu foi a crise econômica de meados da década de 1970, que levou, entre outras coisas, a uma menor disposição por parte dos países ricos de financiar a ajuda ao Terceiro Mundo, e a uma tendência crescente de sua parte para insistir no livre mercado, desregulamentar e privatizar políticas econômicas tanto no país quanto no exterior. Isso foi acompanhado por sua suspeita de que o sistema das Nações Unidas era um fórum político hostil e um obstáculo potencial à liberalização econômica. (Cox, 1992, p. 165).

E esta crise foi fundamental para um questionamento do poder da ONU como uma ferramenta da ordem mundial, e fez até que Cox (1992, 2013) considerasse outros meios do surgimento de uma contra-hegemonia. Rinaldi e Pires (2021), ainda ressaltam que:

Nos anos 2000, as perspectivas de uma contra-hegemonia emergente de uma configuração difusa de poder ou de levantes populares foram progressivamente substituídas pela possibilidade de uma força contrária liderada por um único Estado, com crescente poder material e ideológico. Nesse contexto, a emergência da China e seu crescente engajamento na e com a ONU podem ser analisados sob a perspectiva de Cox sobre o papel das OIs e do multilateralismo na promoção de mudanças nas ordens mundiais. (Rinaldi; Pires, 2021, p. 70).

Um resultado explícito dessa aproximação da China com o Terceiro Mundo ou Sul Global foi quando por meio da Assembleia Geral da ONU e da votação de uma resolução a RPC saiu vitoriosa, que era a resolução que devolve o caráter de membro das Nações Unidas tirando-o de Taiwan para a China, documento este nominado como Resolução 2758, que teve 76 votos favoráveis, majoritariamente países do terceiro mundo votaram favoravelmente à China. E a incluindo novamente no Conselho de Segurança (Liu, 2014, p. 51-52 apud Rinaldi; Pires, 2021, p. 71). O que motivou toda a política refeita da China aos países do sistema internacional como já dito em capítulos anteriores, a reabertura do país para o mercado externo e a fabricação de indústrias de capital misto e com isso pode proporcionar o crescimento que vemos atualmente na economia chinesa, além de outras táticas que são utilizadas desde início dos anos 80 até o mundo que vemos atualmente.

Para Pires e Rinaldi (2021) esse crescimento da China nos anos 2000 deu-se pelo vácuo de poder adquirido e pelo descrédito das políticas internacionais da Pax Americana, dos Estados Unidos - país este que sofreu ataques e por meio desta justificativa possuiu uma

política ofensiva, mas que não teve tanto crédito internacional, pois o mesmo ignorou as negativas das instituições que auxiliou a criar.

A ascensão da China não passou despercebida pelo mundo: em resposta à crise de 2008, o Partido Comunista Chinês tomou várias medidas para estimular o mercado interno e aumentar a produtividade para garantir sua competitividade global[...] (Pires; Rinaldi; 2021, p. 72).

Além disso, para os autores, dentro das normativas coxianas, a China pode ser sim a emergente nova contra-hegemonia. Diante disso, cabe fazer uma análise a que esse ponto propõe, o que a China fez dentro dessas instituições que a favorecem a mudar o jogo dentro da hegemonia do sistema internacional. Como se comportou a China após recuperar o seu *status* como membro das Nações Unidas? Foi uma atuação importante ou foi pelos bastidores das sessões e comissões que cercam a Assembleia Geral?

A China, no primeiro exemplo de atuação dado por Pires e Rinaldi (2021), porta-se como uma participação crucial para estabelecimento do país como uma legitimidade internacional em termos de ascensão pacífica e com um poder responsável diante dos demais membros permanentes (Danner, 2018, p. 182 apud. Pires; Rinaldi, 2021, p. 73).

Historicamente, a China preferiu manter seu perfil discreto no Conselho, como prova o fato de ter exercido menos seu poder de veto. A China vetou apenas 16 resoluções de 1972 a agosto de 2020, mas vale ressaltar que 13 desses vetos ocorreram justamente a partir dos anos 2000. As resoluções vetadas tratavam de situações em países em desenvolvimento (Mianmar, Síria, Venezuela e Zimbábue), com medidas que envolviam, na perspectiva chinesa, uma violação ao princípio da soberania. Quanto à contribuição de militares e policiais para as missões de paz da ONU. A China aumentou suas contribuições de apenas 5 contingentes em 1990 para 192 em 2001 e 2465 em janeiro de 2021. Atualmente, as contribuições militares e policiais chinesas são maiores do que todos os outros quatro membros permanentes combinados, e eles têm sido empregados exclusivamente em missões nas quais há consentimento claro dos países receptores (Nações Unidas, 2021a; 2021b apud Pires; Rinaldi, 2021, p. 73-74).

No segundo exemplo de atuação da China nas instituições, os autores colocam suas contribuições dizendo que desde o surgimento do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas - que não é hierarquicamente organizado, sendo assim só um conjunto descentralizado - conjunto esse de fundos monetários, escritórios, agências especializadas e programas que acabam por ter uma crescente participação chinesa em alguns pontos: 1) a procura por posições de liderança, 2) aumento no auxílio financeiro para esse programa, e a 3) promoção de projetos cooperativos com outros programas da ONU. (Pires e Rinaldi, 2021, p. 74). Há cerca de 15 agências especializadas na ONU e 5 são lideradas por chineses, sendo elas: Organização das Nações Unidas para o Desenvolvimento Industrial (UNIDO), União

Internacional de Telecomunicações (UIT), Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e a Organização da Aviação Civil Internacional (OACI). Como resultado, a China é atualmente o país com o maior número de cargos de liderança na ONU, um fato que tem sido visto com desconfiança por muitas autoridades dos EUA (Schaeffer, 2019, p. 12 apud. Pires; Rinaldi, 2021, p. 74).

Além disso, quando se trata da questão de fundos, a China ocupa no *ranking* de fundos do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas, o 13º lugar. Desta forma, a participação da China em fundos monetários e de contribuições cresceu cerca de 280% entre 2008-2017, o que totaliza US\$325.8 bilhões em 2017, sendo maior parte dos fundos alocados no Programa Alimentar Mundial (PAM) utilizando 46.7% dessas contribuições, 10.7% no Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e o Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (Mao, 2020, p. 1 apud Pires; Rinaldi, 2021, p. 74). Consoante a isso, a China ainda estabeleceu relações diretas com as demais entidades do Sistema de Desenvolvimento das Nações Unidas, providenciando recurso para o surgimento de novos escritórios e programas como por exemplo: o *International Poverty Reduction Center* (IPRCC), em Pequim, programa este que foi lançado pelos chineses com o intuito de dar suporte ao PNUD além de dar treinamento, suporte e busca de soluções para a pobreza baseada numa perspectiva Sul-sul (PNUD, 2021 apud Ibidem). Outras parcerias também foram feitas com outras entidades dentro das Nações Unidas, a criação de outros três centros ligados a UNIDO em Pequim: *The Investment and Technology Promotion Office; the Resource Efficient and Cleaner Production Center; and the South-South Industrial Cooperation Center*. E no ramo dos Direitos Humanos, a República Chinesa também adquiriu um maior crescimento dos últimos anos para os dias de hoje, esse crescimento foi visto na Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas e no Conselho de Direitos Humanos da ONU (Rinaldi e Pires, 2021, p. 75).

A China hoje no sistema internacional participa de forma ativa buscando um crescimento nítido dentro dessas instituições internacionais e as demais entidades que compõem esses espaços como a ONU, o Conselho de Segurança que são precursoras e foram utilizadas e idealizadas pela *Pax Americana*, os Estados Unidos. Porém, a China sobressai enquanto diferenciação e aquisição de parcerias no sistema internacional.

Como diria Cox (2010) por muito tempo o “Consenso de Washington” determinou como seria as políticas determinadas para lidar com a globalização. Todas as elites globais

agiam em consenso sobre o que a economia mundial das instituições dos EUA era e deveriam segui-las. Principalmente, privatizações e mercados abertos. Mas com a crise do Leste Asiático nos anos 1997-98 demonstra falhas no processo do consenso das elites em torno da política estadunidense de lidar com a economia mundial.

Além dessa argumentação clara da não efetividade das políticas globais alçadas pelo governo americano e as entidades dominadas pelo mesmo. As ações referentes ao descrédito do dólar enquanto moeda e suas dívidas recorrentes ao método de atuação internacional que o país possuía, fez com o que a crise de 2008 fosse tão alarmante da forma que foi, mas foi desta forma que vimos a despontada da China enquanto importante mercado do mundo. Desta forma, Cox (2010) também desponta para um descrédito político que os EUA adquiriu durante o processo econômico a qual foi sujeito:

Enquanto isso, as estruturas políticas que aspiram à governança global se mostram inadequadas para a tarefa e estão elas próprias em mutação. A visão neoconservadora americana da disseminação da democracia ocidental e da prosperidade capitalista pelo mundo, com foco especial no Oriente Médio e na Ásia Central, está sendo contrariada todos os dias pelos acontecimentos. O poder militar e econômico avassalador dos Estados Unidos tem se mostrado muito eficaz como força materialmente destrutiva. Pode incapacitar um país, mas não pode governar um país. (Cox, 2010, p. 12).

Este descrédito das políticas estadunidense é visto pela sociedade e pelos demais estados nominados como Sul-Global e é algo de forma explícita, o posicionamento chinês diante das crises referentes a 97-98 e a crise de 2008 reforçam a política reconfigurada que a China vem tomando em discrepância as demais adversidades adquiridas pela queda da relevância americana no campo político e econômico do sistema internacional. Por outras vias, com o intuito de fortalecer seus laços com os demais países, a China além de auxiliar as instituições já criadas para unificar, cria as suas próprias instituições para alcançar maior influência, para Passos e Alves (2021), a China propôs reformas em organizações e majoritariamente financiadas pelos EUA, para obter espaço mas isso não foi adquirido com tamanha rapidez, por isso em 2014 criou o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura, o BAI, que representa uma alternativa ao Banco Mundial. O BAI é um dos principais meios financeiros para o desenvolvimento da Iniciativa Cinturão e Rota.

5. A INICIATIVA CINTURÃO E ROTA E AS PERSPECTIVAS DE UM FUTURO CHINÊS

Dentro da perspectiva coxiana houve somente dois grandes países recentes que tiveram a junção dos três pontos que dão a estes países o caráter de país hegemônico ou *hegemon*, esses três pontos: capacidade material, ideias e instituições, em uma visão político-econômica. A *Pax Britannica* e a *Pax Americana*. A *Pax Britannica*, para Cox (1981), é baseada pela ascensão da manufatura capitalista e a sua inserção na economia mundial, a nova burguesia advinda deste período histórico não precisavam controlar o Estado diretamente, é o poder social que vem na premissa. Na política da *Pax Britannica* nós vemos uma hegemonia ligada ao capitalismo industrial, o qual inseriu-se em diversos países do mundo com a mesma modelação, com este investimento de expandir seu modelo para todo o mundo fez com o que o liberalismo fosse a principal ferramenta, além do domínio marítimo que era de grande expressão para a manutenção de seu modelo hegemônico. Em períodos da decadência deste sistema hegemônico, vemos a moeda baseada no ouro decair de valor e as tendências do liberalismo cair em descrédito e a ascensão do Estado de bem-estar social na hegemonia mundial fez com o que passassem a hegemonia ser comandada pela *Pax Americana*.

A *Pax Americana* inicia-se com “Parte do governo americano [...] com instituições interestatais como o FMI e o Banco Mundial, simbioticamente relacionadas ao capital expansivo, e com governos colaboradores (ou pelo menos partes deles ligados ao sistema) na periferia do sistema” (Cox, 1981, p. 107). Ou seja, há um envolvimento da criação e manutenção das instituições internacionais para expansão da sua política hegemônica. O que tipifica a ascensão hegemônica, devido ao poderio militar, dominância nos assuntos mundiais o que pode-se configurar segundo a ótica coxiana como uma espécie de imperialismo. O Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional atuam de forma a ceder financiamento para os países que para receber este auxílio precisam concordar com medidas e com a vigilância a expandir a ideologia estadunidense de modelo econômico. Além da atuação internacional por meio da OTAN, a Organização do Tratado do Atlântico Norte, que é um tratado internacional de defesa, tratado este que é composto majoritariamente por países do Oeste Europeu e países aliados que fazem o papel de segurança marítima e terrestre dos países aliados, além de utilizarem sua força militar para a realização de missões e ataques a países ditos ameaças ao poderio da OTAN.

O que devemos avaliar neste capítulo é como a Nova Rota da Seda, a Iniciativa Cinturão e Rota (ICR) é a nova medida que poderá trazer um caráter de decadência econômica da *Pax Americana* e a ascensão da China como principal país do sistema internacional contemporâneo. Quais são os objetivos chineses com a ICR? Como se comportam os aliados e como essas relações se deram? E uma análise sobre o viés da teoria *problem-solving* atribuída a Mackinder sobre a ICR.

5.1. A Iniciativa Cinturão e Rota (ICR)

A Iniciativa Cinturão e Rota, a ICR, é um projeto de desenvolvimento com a utilização de obras de infraestrutura de cunho internacional e estes projetos foram anunciados pelo então presidente chinês Xi Jinping no ano de 2013 (Passos e Alves, 2021, p. 204). As obras incluem portos, aeroportos, ferrovias, estradas, usinas de energia limpa e renovável etc. A iniciativa tem um braço terrestre e outro marítimo e é definida por seis corredores econômicos que concentram obras (Xi, 2019b, p. 611-612 apud Passos e Alves, 2021, p. 204).

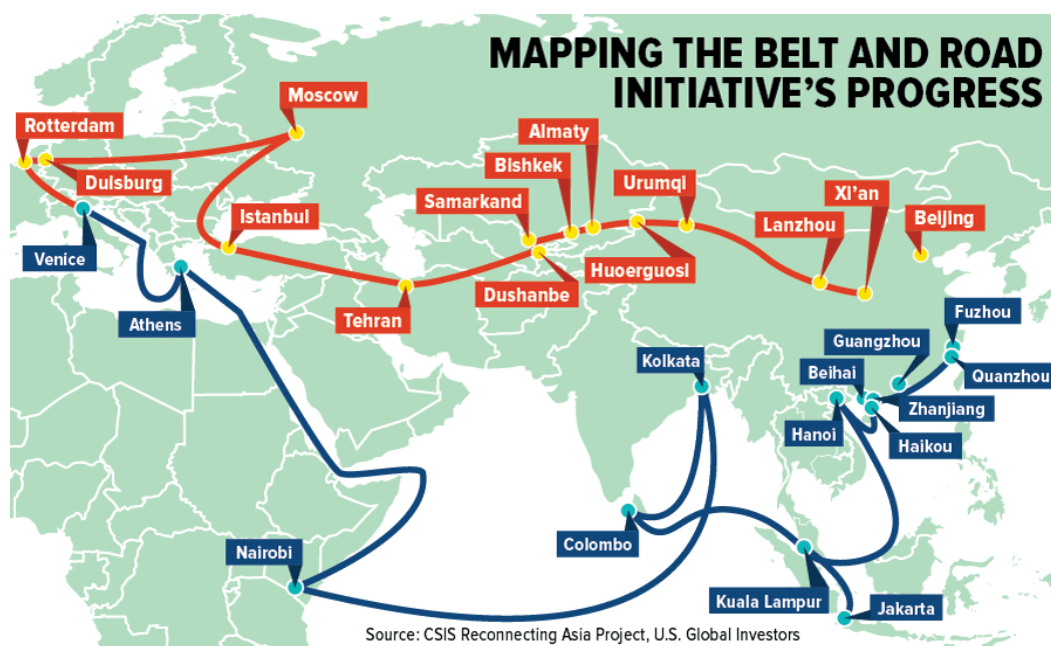


FIGURA 3 - A Iniciativa Cinturão e Rota

Todo esse investimento deste projeto é chinês, em Passos e Alves (2021) afirmam que as instituições centrais que financiaram e organizam a feitura dos projetos é o Banco Asiático de Investimento e Infraestrutura e o Fórum do Cinturão e Rota para Cooperação Internacional, e auxiliar a isso também tem o Banco de Desenvolvimento da China, mais conhecido como o Banco do BRICS.

O modelo do ICR atualmente é um trabalho conjunto com o apoio das diferentes instâncias das organizações internacionais e da ONU por si só também apoia e isso é visto em diversos discursos do atual presidente chinês Xi Jinping. “As importantes resoluções aprovadas pela Assembleia Geral da ONU e pelo seu Conselho de Segurança contêm referências a ela. Graças aos nossos esforços, a perspectiva desta iniciativa está se tornando uma realidade e trazendo ricos frutos “ (Xi, 2019b, p. 625-626 apud Passos e Alves, 2021, p. 205) Ou seja, a iniciativa pode trazer inúmeros benefícios para a China e a sua relação internacional com desenvolvimento em demais países que participam diretamente ou indiretamente desta rota criada. “Contudo a ICR é um componente de um escopo estratégico muito mais abrangente e dinâmico das lideranças chinesas” (Passos e Alves, 2021, p. 206) Os autores também retomam a ideia defendida por Deng Xiaoping, acerca dos princípios de políticas externas da China, “pela frase *“tao guang, yang hui”*, permitem uma compreensão de que o “todo” tem uma ambição contra-hegemônica em longo prazo.” (Ibidem).

Esta perspectiva criada sobre a aproximação da China e os demais países do Sul-Global, de auxílios em esferas de deliberação como a ONU e o Conselho de Segurança, o envio de auxílios financeiros para as entidades deixam ainda mais claras este propósito da política defendida por Xiaoping após a Grande Revolução Cultural da China e é algo que perpetua diante de diversas gerações em meio a política e organização interna do povo chinês. A ICR possui uma tentativa semelhante àquela que vemos na imagem, uma ligação entre o território asiático e países da Oceania, pelo meio marítimo. E uma ligação terrestre feitas do território chinês, o Leste Europeu, e países do Oeste Europeu também, dando forma a uma rota explícita que para Xi Jinping (2021) traria de certa forma uma melhoria das relações interpaíses e aumentaria o PIB nacional com essas obras de infraestrutura e facilitaria o escoamento de mercadorias e de demais serviços que podem transitar de um país para o outro. Claramente que estas obras de desenvolvimento advindas da China não são vistas com bons olhos para os demais países que são opositores ao crescimento chinês e as vê como ameaçadoras.

Localizamos a rivalidade hegemônica entre EUA e China, representada pelas recentes disputas comerciais, no contexto de mudanças cíclicas de longo prazo no sistema mundial capitalista. Em particular, argumentamos que a financeirização recente, como tema corrente dessa recente rodada de expansão capitalista global, influencia tanto o hegemônico incumbente (os Estados Unidos) quanto o potencial desafiante (a China). A guerra comercial em curso entre os dois países é um resultado fundamental da sua convergência de diferentes posições de partida no sistema mundial durante a era da financeirização, em particular, num período de reequilíbrio para as principais economias, bem como para toda a economia global. (Zhang, 2020, p. 196).

Há uma rivalidade entre EUA e China desde quando o país desponta com uma revolução socialista nos anos 40 e as tentativas dos EUA de barrar essa revolução, como é dito no livro do Pomar (2004), e desde então após a reabertura econômica da China e a criação de diversas ferramentas e modos diversos de entrada no sistema internacional fez com o que essa disputa ficasse mais acirrada ao longo dos anos. E na contemporaneidade, esta disputa desponta desde a proximidade da China com países do Sul-global e as parcerias de desenvolvimento realizadas em multi continentes até a corrida das vacinas que foi foco principal da política internacional durante a pandemia de COVID-19 de 2020 a 2022. Diante disso, as relações de rivalidade são expressivas a ponto de que uma série de políticas sejam tomadas a fim de dar um controle pacífico ou não-direto do avanço chinês enquanto formulador da ICR.

5.2. O futuro chinês: perspectivas e caminhos para a contra hegemonia

Retomando a teoria crítica de Robert W. Cox é importante salientar o caráter de teoria híbrida, que utiliza-se do dualismo metodológico, ou seja, que utiliza ambos os tipos de teoria: as clássicas tradicionais e a teoria crítica em si com caráter de sanar os problemas adquiridos em ambas as teorias. Uma considerada a-histórica e a outra com teor histórico dentro do materialismo histórico dialético. A teoria clássica ou realista ou neo realista que faz coro com a comparação de Cox (1985 e 2022), retoma a um caráter explícito da tomada de poder, por meio da guerra, balança de poder, o meio hobbesiano de agir politicamente, diferente do que a teorização marxista propõe para a ciência política. A exemplo da teorização realista, clássica que pode ser usada de referência a possibilidade da formulação de uma contra hegemonia pela China contrária a Pax Americana que está consolidada e há riscos de colapsos, por conta do descrédito, será utilizado a teorização de Halford John Mackinder (1904 e 1912), político, acadêmico, geógrafo inglês. Mackinder faz a proposição em seu artigo “Pivô geográfico da história” de 1904, que o autor inglês faz a argumentação de que existe um “coração continental - a *Heartland* - para Mackinder (1904 e 1912) este território que é composto por uma longa faixa continental que permeia do norte e a parte central da Eurásia, região anteriormente dominada pelo Império Russo, com a justificativa que qualquer potência marítima não conseguiria adentrar em seu território.

A massa terrestre contínua da Eurásia assim incluída entre o oceano e o deserto mede 21.000.000 milhas quadradas, ou metade de toda a terra do globo, se excluirmos da contagem os desertos do Saara e da Arábia. Há muitos desertos separados espalhados pela Ásia, da Síria e da Pérsia para o nordeste até a Manchúria, mas nenhuma vacância contínua que seja comparável ao Saara. Por outro lado, a

Euro-Ásia caracteriza-se por uma distribuição muito notável da drenagem fluvial. Ao longo de uma imensa porção do centro e do norte, os rios têm sido praticamente inúteis para fins de comunicação humana com o mundo exterior. O Volga, o Oxus e o Jaxartes drenam para lagos salgados; o Obi, o Yenisei e o Lena no oceano gelado do norte. São seis dos maiores rios do mundo. (Mackinder, 1904, p. 428-429).

Outra característica bastante importante que é citada por Mackinder é a questão da facilidade de posicionar tropas terrestres ao longo do território. O que acabaria por facilitar grande parte do serviço ali realizado em critério de defesa territorial, já que por essência este território seria de forma prioritária por planícies e auxiliaria a defesa de potências marítimas que eram as principais potências do mundo atual e antigo.

Será que há uma perspectiva da tentativa da busca da empiricidade do *heartland*, a coalizão de muitos países diferentes para a ICR demarcando um longo território terrestre para a defesa e desenvolvimento interno e externo das políticas chinesas neste recente século?

Cox (2013) busca deduzir quais serão os futuros dos próximos anos deste século e como eles poderão se dar. O autor vê três possíveis finalidades rivais, que não considera como instituições estruturadas, mas sim vê tendências sob as auto-organizações. A primeira finalidade rival que o autor prevê é: a continuação da hegemonia americana, a hegemonia americana no sentido de construção de um império diferentemente das construídas anteriormente. “O novo “Império” prescinde do controle administrativo direto. Penetra através das fronteiras de Estados formalmente soberanos para controlar suas ações a partir de dentro através de elites complacentes nas esferas pública e privada.” (Cox, 2013, p. 344). Desta forma, haveria uma continuidade do poder estadunidense no mundo e haveria maiores níveis de cooperação para a manutenção dos Estados Unidos como império do mundo. A cooperação militar com aliados a fim de facilitar a integração de forças na liderança do império. Além da cooperação sobre inteligência e serviços no ramo de segurança a fim de avançar politicamente a sua ideologia, e a reestruturação territorial comercial do império. Isso configura uma manutenção do poder do Império com uma forte coerção econômica e um grandioso poder militar e a transcendência do *soft power* - termo utilizado da teorização de Joseph Nye que deriva-se de um poder que utiliza de recursos como cultura, ideologia e instituições. (Cox, 2013, p. 345).

A segunda previsão de Cox (2013) é a persistência e o ressurgimento de um modelo Westfaliano, um sistema interestatal que foi inaugurado na Europa no século 17, durante o período de dominância europeia.

O Estado soberano, embora enfraquecido, continua a ser uma estrutura resistente. A soberania tem um duplo aspecto. Um aspecto é a autonomia de cada Estado soberano na sociedade das nações. O outro é o monopólio da autoria de cada Estado dentro de seu próprio território e população. Ambos os aspectos são protegidos pelo princípio da não intervenção nos assuntos internos de outros Estados. Tanto as soberanias internas quanto as externas continuam sendo uma defesa contra a absorção pelo "Império". (Cox, 2013, p. 345),

O autor argumenta que desde a crise de 2008 aparenta essa necessidade de recriar um sistema interestatal que seria uma alternativa ao Estado.

A direção econômica mundial anteriormente dominante, as potências do G7/G8, revelou-se demasiado limitada em número e demasiado limitada pelo mesmo modo de pensar neoliberal para ser aceitável para o leque de poderes que agora tinham de ser envolvidos na tarefa de gestão econômica global. Em uma gestão "auto-organizada", o sistema interestatal substituiu o G7 pelas novas potências do G20. A partir de então, a gestão global exigiria um processo mais amplo de consulta. A China, a Índia e o Brasil, em particular, teriam de ser partes num acordo mais amplo, que não assumisse qualquer forma institucionalizada, mas que fizesse parte de um consenso negociável em curso. (Ibidem).

Assim, cria-se uma *dois fronts* de um estado modelo Westfaliano contrário ao Império, “primeiro, a defesa do sistema interestatal e suas criações, do direito internacional e das Nações Unidas; e, em segundo lugar, o reforço dos laços entre os cidadãos e as autoridades políticas nacionais.” (Cox, 2013, p. 345). O autor ressalta também que o governo no modelo westfaliano terá como exemplo a pluralidade e a procura do consenso diferentemente da política que o Império adotará medidas contrárias às Nações Unidas marginalizando-as e em raras ocasiões que irá usá-la como um instrumento de legitimar o poder hegemônico adquirido pelo mesmo.

Já a terceira chance do futuro de uma hegemonia, é da sociedade civil, que pode existir dentro de um Império, dentro de Estados e acaba por também ter uma forma transnacional. Estes movimentos por direitos têm defendido o direito das mulheres e movimentos ligados ao meio ambiente, mobilizando pessoas sobre a fome e pela paz (Cox, 2013, p. 346). A sociedade civil tem atuado nas últimas décadas como um movimento por uma alternativa à globalização do poder corporativo transnacional.

A sociedade civil difere tanto do "Império" quanto do sistema estatal por funcionar como uma rede descentralizada e não como uma estrutura hierárquica disciplinada. A moderna tecnologia da informação, sob a forma da Internet e do telefone celular, tem ajudado a se desenvolver e se mobilizar para a ação[...] Esse caráter flexível é um trunfo para conseguir reunir uma diversidade de grupos em torno de alguma questão central. É também uma fraqueza por dificultar a articulação de um programa de ação claro por causa dessa mesma diversidade; e também deixando o movimento aberto à ruptura por agentes provocadores ou à cooptação por interesses estatais ou ideológicos bem financiados e bem organizados, nacionais ou estrangeiros. (Cox, 2013, p. 346-347).

Com isso, o autor caracteriza também como objetivo da sociedade civil neste processo de conquista e o combate da hegemonia, que a sociedade civil sempre será um formato de oposição, oposição à forma centralizada que o império desempenha, mas acaba sendo uma espécie de massa de manobra e de fácil manipulação.

Consoante a isso, Cox (2013) finaliza dizendo que há mais uma série de figuras importantes que estão abaixo destas três principais, mas que acabam por possuir uma força que pode desestabilizar as forças mundiais, mas que não estão em perspectiva de realizar este tal domínio. Forças estas que são formadas por: grupos do crime organizado, cultos religiosos diversos (Idem, p. 347). “O mundo é agora desafiado a "auto-organizar" um novo padrão de relações de poder que acomodaria o poder crescente da China, Índia e Brasil. Tal acordo teria de incluir o reconhecimento do poder independente da Rússia e do Japão” (Cox, 2013, p. 347).

Cox (2013) acrescenta a teorização de Mackinder (1904 e 1912) no escopo textual daquilo que é dito sobre Heartland e do dualismo metodológico a qual o autor canadense defende para manutenção e solução das problemáticas que ambas as tipologias de teoria se encontra. E o autor acaba por dar diversos cenários na construção metodológica que tange a busca de uma nova hegemonia. É possível formalizar que a ascensão dos Estados Unidos da América enquanto hegemonia mundial e a sua tentativa de prosseguir no poder, é nítido que os Estados Unidos concentram-se enquanto poderio militar, terrestre, aéreo e naval. O que encaixaria o mesmo como grande potência possível grande império denominado por Cox, já que o seu controle e aspiração para os demais países e sua forma de governar e a democracia liberal é algo que é representativo e foi nitidamente importado para os países inseridos em acordos e em parcerias econômicas. E há um cerco inserido dentro dos rivais principalmente por serem considerados pelo governo americano contrários às propostas e aquilo que os EUA propõe como “bom” para o sistema internacional. O caráter da teorização de busca dos futuros de Cox encaixa-se bem nas prerrogativas que a continuidade americana como força de Império, mas não se encaixa totalmente por conta dos diversos descréditos criados em seu entorno, missões de paz caóticas e não autorizadas pelos órgãos que deveriam zelar por isso, uma urgência em criar ambientes de conflitos para manutenção econômica e até parcerias com países que são contrários aquilo que os EUA defende para neutralizar a atuação de parceiros de seus inimigos. Há uma clara percepção de que os EUA, para Cox (2013, p. 365-366) estão em decadência por esta série de fatores que dificultam a manutenção do país como hegemonia com este caráter de Império que é trazido na primeira característica dita pelo autor.

A teoria de Mackinder (1904 e 1912) ressalta a importância da criação de uma rota ou de um espaço de planícies férteis para o bom desenvolvimento militar e económico da região, teoria esta que nunca foi comprovada por parte dos demais estudiosos da área de Geopolítica, mas houveram tentativas de conquistas deste espaço. E é o que baseia a segunda perspectiva criada por Robert W. Cox, é uma teorização com características de teoria *problem-solving*, que acaba por fugir da historicidade e baseia-se em um caráter mais de firmeza e de algo histórico inserido sem um contexto maior em volta. Desde a crise de 2008 a necessidade da centralização e do surgimento de um estado plural e que acaba por respeitar seus aliados dentro do espaço internacional, sem a procura de interferir nas políticas externas dos aliados. Dentro disso o autor destaca que:

A Rússia hoje pode sentir a ameaça de cerco pela presença ou influência dos EUA na Geórgia, Ucrânia e nas repúblicas da Ásia Central. A China, a outra grande potência euroasiática, compartilha a preocupação com o cerco, especificamente a influência dos EUA em Taiwan e sua presença militar no Japão. O desafio americano de cerco à Eurásia poderia ser combatido pela perspectiva de união das próprias potências euroasiáticas. A Organização de Cooperação de Xangai, um organismo que tem recebido muito pouca atenção nos meios de comunicação social ocidentais, tem como membros a China, a Rússia e as repúblicas da Ásia Central. Prenuncia a perspectiva de consolidação geopolítica e militar euroasiática. (Cox, 2013, p. 366).

Há uma disputa territorial explícita dentre os meios possíveis para a conquista hegemônica e a teoria de Mackinder demonstra que isso é possível, apenas a conquista da *Heartland* que tomaria o controle do mundo já que “quem controla o Leste Europeu, domina o *heartland*. Quem manda no *Heartland* comanda a Ilha do Mundo. Quem manda na Ilha do Mundo comanda o mundo” (Mackinder, 1914, p. 186). E pelo terceiro argumento e quais são as características de uma nova hegemonia trazidas por Cox, a terceira da sociedade civil está inserida de maneira transnacional e não assume uma forma explícita de um novo estado sem ser um caráter mais voltado para nenhuma teorização clara e precisa. Ou seja, a sociedade civil pode se tornar a nova arma contra-hegemônica, mas não assumirá nenhuma perspectiva de cunho teórico das Relações Internacionais. De maneira a exemplificar melhor esta argumentações trazidas por Cox (2013), é preciso trazer quais as soluções e por fim os futuros próximos, os cenários construídos que o autor propõe para o sistema internacional como um todo.

Primeiramente, a primeira solução é que os Estados Unidos perderá seu caráter hegemônico do mundo, já que pelo conjunto da argumentação, existe uma decadência dos EUA enquanto lidar com um mundo plural, por motivação de elevar a sua política

democrática e liberalizante ao máximo e envolver suas relações políticas e sociais nestas questões e nos ambientes recentes do sistema internacional, há um maior empoderamento das nações voltadas para si próprias: construção de um projeto de país voltado para a sua própria história e costumes ancestrais e políticas que acabam por agradar seus nacionais e as políticas voltadas para o meio ambiente, já que a sociedade civil estará ativa enquanto abrir um descrédito em torno de suas políticas. “O problema do aquecimento global e da fragilidade da biosfera pressionaria todas as partes, particularmente se fosse apoiado por uma consciência despertada na sociedade civil, para subordinar interesses particulares ao interesse comum de salvar o planeta.” (Cox, 2013, p. 366).

E o outro cenário dito como emergencial pelo autor é referente a continuação do conflito entre os EUA e os demais países euroasiáticos em torno da globalização, do domínio hegemônico. O autor cita como exemplo destas potências: China e Rússia. Aplica também mais dois cenários possíveis para a continuação deste conflito e como vai se dar.

O primeiro cenário subordina os interesses nacionais particulares ao interesse comum da sobrevivência da vida no planeta. A segunda subordinada esse interesse global ao choque de uma nova clivagem global. A segunda é, infelizmente, a mais provável. A força do Pentágono e do complexo industrial militar é um obstáculo para que a América militarizada abandone o "domínio total do espectro" e opte por um papel de participação na busca de consenso de um mundo plural. (Cox, 2013, p. 367).

Consoante a esses cenários, podemos ver o acirramento deste conflito frio em um dito conflito armado de ambas as partes para o domínio da região e que este conflito estaria alocado dentro do território do Leste Europeu, e que a região deve estar atenta e fazer o máximo de alianças possíveis com ambas, já que acaba por ser o corredor do mundo.

Uma coisa que é certa sobre a ordem mundial futura é a sua incerteza. Podemos ser capazes de reduzir o alcance do possível, mas não podemos prever o futuro. Sugiro que isso subjaz à importância de uma abordagem bastante pessimista, mas crítica, das relações mundiais de poder. É preciso enfrentar a pior possibilidade para trabalhar por uma melhor. (Cox. 2013, p. 366).

Há uma série de perspectivas sobre o futuro chinês a qual são postas por Cox (2010; 2013) e por Passos e Alves (2021), os sinais de descréditos dos americanos e das demais forças aliadas a ele são nítidos e explícitos, como por exemplo, durante a assinatura do Consenso de Washington, a Malásia não concordou com os termos estabelecidos e outros países não aceitaram após anos que se passaram alguns países da América Latina passaram a não aceitar demais condições.

A China e a Índia, ambas potências económicas emergentes mundiais, têm de gerir o seu próprio crescimento económico de modo a conter as disparidades entre as zonas rurais e urbanas que ameaçam a estabilidade interna. Isso, para eles, será necessariamente uma prioridade maior do que a conformidade com os preceitos do liberalismo económico. (Cox, 2010, p. 11).

Também, tivemos o baixo desenvolvimento de política americana em diversos setores que se demonstraram cruciais ao longo dos anos, demonstrando uma política neoconservadora de manutenção das políticas democráticas do ocidente e a prosperidade do capitalismo e ações com foco no Oriente Médio e na Ásia Central que são contraditadas todos os dias perante a comunidade internacional. Houve uma tentativa do endurecimento das ações táticas em recentes governos em torno de conquista e disputa de aliados para manter-se na hegemonia, mas esse endurecimento ainda apresentou a dificuldade de lidar com uma política multilateral e plural, o que se desdobra na constatação do projeto americano da expansão da democracia e de uma economia globalizada sendo uma imposição falha na maioria dos processos de busca de aliados e convencimento da comunidade internacional como um todo.

Além das problemáticas referentes ao descrédito desenvolvido por políticos americanos acerca das Nações Unidas e das demais forças internacionais que foram desenvolvidas por políticos estadunidenses, mas que nas recentes ações governamentais como: invasão a países que não foram votados pelo CSNU, Conselho de Segurança, e nem na Assembleia Geral, faz com o que os EUA destrua os princípios do modelo interestatal Westfaliano.

Embora os membros da Otan, exceto o Reino Unido, tenham se recusado a apoiar a invasão americana do Iraque, eles se uniram à "guerra contra o terrorismo" no Afeganistão. O Afeganistão é agora um campo de testes para a solidez da aliança, já que muitos de seus membros europeus se tornaram duvidosos sobre a estratégia dos EUA e seu impacto na estabilidade política do Paquistão. Os membros europeus da Otan também recuaram contra a pressão americana para admitir a Geórgia como membro da Otan – uma decisão que poderia tê-los levado a um confronto com a Rússia. (Cox, 2010, p. 13).

Além da recessão econômica sofrida mundialmente que teve seu início em 2008 com a sede oficial desta crise sendo os Estados Unidos dá espaço para que a construção de uma contra-hegemonia chinesa seja possível e que essa dependência em torno dos Estados Unidos e o mundo caísse, já que as estratégias de manutenção das economias asiáticas perpassam a partir de então instituições chinesas. “A ideia tem a aparência de uma tentativa de salvar a liderança mundial dos EUA com a concordância da China; e isso seria inconsistente com o

objetivo afirmado pela China de buscar consenso entre as grandes potências mundiais em oposição ao "hegemonismo" (Cox, 2010, p. 14).

É evidente que não há maneiras de uma aliança que permeia a divisão do mundo em dois blocos semelhante ao processo que se deu na Guerra Fria devido às demais conjunturas complexas que foram se unificando e criando o sistema internacional que vivemos hoje. A perspectiva de manutenção dos Estados Unidos como domínio imperial semelhante a que Cox (2013) é um cenário complicado, pois aconteceu uma tentativa próxima disso e que os cenários concretos da realidade dos EUA não traz tamanha legitimidade que o país teve em 2001 e em outros momentos históricos para o endurecimento político do mesmo. Pela literatura produzida e teorizada por Cox há um nítido esvaziamento das políticas dos governos estadunidenses como isto poderá emergir uma nova conjuntura com um novo país a ser designado como nova hegemonia.

A China por sua vez, desempenha ou desempenhou um papel importante para a construção de uma perspectiva que difere o mínimo das políticas alçadas pelos Estados Unidos, há uma diferenciação no quesito multilateral, já que os demais aliados do país se inserem em uma maior amplitude política e não há de forma visível uma imposição de seus valores dignos de repassar aos demais aliados sua política interna como forma de controlar quem serão seus aliados ou não. Isto é demonstrado pela configuração estabelecida pela Iniciativa Cinturão e Rota, que cerne sobre os mais diferentes países com uma diversidade de modelos políticos e econômicos.

Desde sua abertura econômica em 80, após a Revolução Cultural, e o prosseguimento dos princípios de Deng Xiaoping, a China se impõe em um caminho de abertura econômica, com as ZEE, as Zonas Econômicas Especiais e as demais obras de desenvolvimento interno e externo por parte de acordos econômicos e parcerias bilaterais com diversos países. E o caminho de não-interferência nos países aliados está em proximidade clara com o cenário internacional designado por Cox (2013), no qual há a necessidade e a chance de surgir uma nova hegemonia com características do modelo westfaliano interestatal, o que possibilita o caminho nítido para a concretização desta avaliação por parte da China; a China utiliza-se de artifícios criados pelos estadunidenses e os aliados como a ONU e o Conselho de Segurança para buscar novas alianças e se inserir de forma gradual nos espaços que lhe foram tirados durante o momento que ficou sem a cadeira após o despontar da revolução, e acaba por

colocar como liderança em espaços que não são focos dos Estados Unidos para proliferação de suas tentativas de avançar enquanto país com uma boa política externa.

Para Alves e Passos (2021), a China possui claras divergências sobre a sua atuação política interna e externa, o que configura-se como uma forma dialética, na forma interna de organização do Partido Comunista Chinês (PCCh) há uma clara tentativa de uma economia maior planificada e com interesses de garantir um desenvolvimentismo em seu país gigante e com uma forte orientação estatal por parte disto, já em caráter de política externa; o país é marcado por uma política multilateralismo e crescente de maiores instituições. A ICR sendo a maior propagadora desses ideais e a inserção nos meios criados pelo ocidente e criando ferramentas suas para a idealização de construção política e econômica com os seus aliados. (Passos e Alves, 2021, p. 207).

Rinaldi e Pires (2021) acrescentam que:

O papel das instituições é um tema muito importante para a transformação das ordens mundiais sob a estrutura coxiana. Nesse sentido, não importa como e quando uma nova força contra-hegemônica surja, Cox afirmou que o papel ideacional e material das OIs e do multilateralismo estão intrinsecamente ligados a esse processo, como o engajamento chinês com a ONU e sua embrionária contra-hegemonia mostraram até agora. (Rinaldi e Pires, 2021, p. 77).

Os autores ressaltam que há uma espécime de contra-hegemonia por parte da China e que o caminho pelas instituições para isso ser alcançado é por meio das mesmas segundo o pensamento da estrutura coxiana, e satisfaz a teorização de Cox sobre o modelo interestatal Westfaliano, que é maior objeto de falha dos Estados Unidos, mas que este processo é embrionário de construção desse ambiente desde 2021, e que houve margens para um aproveitamento deste cenário para a China progredir nesta questão.

Além de todas estas categorias e considerações feitas pelos autores, consolidam uma tentativa explícita da aquisição da hegemonia por parte da China de maneiras distintas de um processo brutal de conflitos diretos, diferentemente do que foi feito quando houve a crise da Pax Britannica e a ascensão da Pax Americana.

O processo histórico desenvolvido pelos chineses, de sempre se auxiliarem e passarem por um processo longo de corrupção, uma crise sistemática e assim a reunião de alguns dizeres populares e de unidade de seu povo como um só é demonstrado aqui nesse processo de busca hegemônica. E o papel da Iniciativa Cinturão e Rota pela perspectiva analítica emprestada das teorias *problem-solving* demonstra que este é o método de avanço da

contra-hegemonia chinesa para alçar a nova hegemonia, mas também com referências a sustentação do fordismo em seu território e não demonstra um claro desmanche e um desenvolvimentismo da economia de mercado atribuída para o país. A região da Ásia Central e dos demais países do pacífico demonstram um crescimento atribuído ao aumento da economia chinesa, “sustentado por uma liberação da demanda reprimida que impulsionou o consumo. As vendas no varejo subiram junto com um aumento mais modesto no crescimento da produção industrial.” (Banco Mundial, 2023). Há um crescimento da economia chinesa estimado em 4.6% ao ano para os próximos anos desta década.

E a ICR fortalece-se ao longo dos anos com novas propostas e demonstra um certo apreço da parte dos políticos chineses em torno da teorização Mackinder (1904 e 1914), para a perspectiva de provável domínio de uma área que pode ser considerada o novo *heartland* porque cria uma rota com países fortemente com as características escritas na teorização de Mackinder para estabelecimento da nova rota de desenvolvimento chinês e da região.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Mediante a todo o processo cíclico que a China e seu povo estão inserido, houveram quedas de governo por meio da corrupção, uma reerguida por meio da insurgência popular e do desejo deste povo e da estruturação de uma nova sociedade, de um novo modelo político a partir daí temos a demonstração do que a China está propondo ao mundo atualmente.

Este trabalho possuiu a finalidade de auxiliar e prosseguir no debate trazido por diversos cientistas e autores que são especialistas da China e que pensam sobre Política ou Economia Internacional, sobre se a China se prostra e demonstra-se como próxima hegemonia, desta forma é importante salientar que dentro do pensamento coxiano há uma hipótese do surgimento de uma contra-hegemonia chinesa. Em textos escritos em 2013, texto publicado e escrito próximo a sua data de falecimento, Cox afirma que há uma possibilidade desta incipiente contra-hegemonia estar dentro dos parâmetros deduzidos por ele. Há uma fragilidade no processo de manutenção da Pax Americana, o surgimento de outras potências que disputam o mesmo espaço que você, produz o mesmo nível tecnológico e há uma disputa inserida no ramo comercial e no ramo político como: as ações tomadas pelos Estados Unidos em diversas invasões que não foram apreciadas pelo Conselho de Segurança, a crise do multilateralismo, já que o país não defende uma política multilateral e utiliza-se de sua força para intimidar os inimigos e a fraca disseminação de seu maior produto, a democracia liberal. É importante salientar que para Cox há uma necessidade de um país de caráter westfaliano seguindo os demais princípios das teorias mais tradicionais das relações internacionais, com isto, a teorização de Mackinder (1904, 1912) auxilia por meio disso a entender qual é a tratativa necessária para a conquista e a disputa do mundo, anteriormente disputar o poder europeu e hoje em dia o poder estadunidense, na consolidação de um projeto que se assemelha com a junção de países e territórios que estão próximos ou são dos povos ditos por Mackinder como possível controlador do mundo. E a ICR, a Iniciativa Cinturão e Rota, possui a missão de assegurar que os países próximos aos chineses estejam dispostos a construção de uma política multilateral e de um modelo westfaliano naquele território e atenuar o descrédito nas instituições criadas e que não foram defendidas firmemente pelos Estados Unidos.

Também é necessário relembrar que ainda há uma certa disparidade entre o poder militar de ambos os países fazendo com o que necessariamente eles não entrem em um

conflito direto, porque há uma nítida diferença entre os dois países que se propõe a disputa de hegemonia, mas que essa conquista advir por meio de conquista de parcerias e de trocas feitas pelos países vizinhos a China. O que difere a agressividade política dos EUA e da plena construção de uma outra perspectiva chinesa para o sistema internacional, é a de que a China insere-se na política internacional defendendo um amplo projeto de construção de parcerias sem a total interferência nos demais países como critério de fazer ou não as parcerias, e há um descrédito também por parte da não atuação dos estadunidenses de ampla defesa das instituições que foram criadas para a disseminação de suas políticas armamentistas ou não e de seu *soft-power*. Não só pela ICR, mas de financiamento de programas da ONU para o desenvolvimento dos países do Sul-global, acesso às cadeiras de lideranças desses espaços que foram constituídos majoritariamente por aliados dos EUA, além da construção estratégica de instituições internacionais no caráter de defender seus interesses e autonomia, como o BAI e o Banco dos BRICS.

Explicitamente, a ICR se põe como ferramenta crucial para o desenvolvimento de uma política contra-hegemonia dos EUA, mas que é embrionária de fato. Assim, como foi dito por Cox, em 2013, há uma diferenciação entre a construção política ocidental - se é que existe a retórica ocidente e oriente, e a política filosófica chinesa.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AMINEH, M. P. China's rise and the question of hegemony and world order. In: AMINEH, M. P. (org.) **The China-led Belt and Road Initiative and its reflections**. New York: Routledge, 2022. p. 36-69.
- ALVES, R. PASSOS, R. D. F. A incipiente contra-hegemonia chinesa durante o governo de Xi Jinping (2013-): uma perspectiva da Economia Política Internacional. **Práxis e Hegemonia Popular**, v. 6, p. 191-209, 2022.
- BANCO MUNDIAL. **China Data**. Washington D.C. The World Bank. Disponível em: < <https://data.worldbank.org/country/china>.> Acesso em 10 de nov. de 2023.
- BANCO MUNDIAL. **Global Economic Prospects: Regional Highlights, East Asia and the Pacific**. Washington, D.C. Disponível em:<<https://www.worldbank.org/en/publication/global-economic-prospects> > Acesso em 10 de nov. de 2023
- COX, R. W. Book review: Unravelling Gramsci: Hegemony and passive revolution in the global political economy by David Morton. **Capital & Class**, v. 93, p. 258-261, 2007.
- COX, R. W. Gramsci, hegemony, and international relations: an essay in method. In: COX, R. W.; SINCLAIR, T. J. **Approaches to World Order**. Cambridge: Cambridge University, p. 124-143, 1996.
- COX, R. W. Forças sociais, estados e ordens mundiais: além da teoria das Relações Internacionais. Tradução de Caio Gontijo. **Oikos**, v. 20, n. 2, p. 10-37, 2021.
- COX, R. W. Historicity and international relations: a tribute to Wang Gungwu. In: YONGNIAN, Z. (org.). **China and International Relations – The Chinese view and contribution of Wang Gungwu**. New York: Routledge, 2010, p. 3-16.
- COX, R. W. Multilateralism and world order. **Review of International Studies**, v. 18, n. 2, p. 161-180, 1992.
- COX, R. W. Social forces, states and world orders: beyond international relations theory. **Millennium**, v. 10 n. 2, p. 126-155, 1981.
- COX, R. W. **The Political Economy of a Plural World: Critical reflections on Power, morals and civilization**, New York: Routledge, 2002.
- COX, R. W. The Way Ahead: Toward a New Ontology of World Order. In: JONES, R. W. (org.). **Critical theory and world politics**. Boulder, London: Lynne Rienner, 2001, p. 45-60.
- COX, R. W. **Universal foreigner: the individual and the world**, New Jersey: World Scientific, 2013.
- DEVETAK, Richard. Critical Theory, In: BURCHILL, Scott; LINKLATER, Andrew (org.) **Theories of International Relations**, New York, Palgrave Macmillan, 2005.
- DUTKIEWICZ, P.; CASIER, T.; SCHOLTE, J. A. (org.). **Hegemony and world order: reimagining power in global politics**. New York: Routledge, 2020.
- GRAMSCI, A. **Quaderni del Carcere**. Torino: Einaudi, 1977.
- GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere**. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, v. 3, 2000.
- HALLIDAY, F. **Repensando as relações internacionais**, Porto Alegre: UFRGS, 1999.
- HORKHEIMER, M. Teoria tradicional e teoria crítica, In: **Max Horkheimer; Theodor W Adorno: Textos Escolhidos**, São Paulo, Nova Cultural, 1991, p. 31-68, série “Os Pensadores”, no. 16.
- JABBOUR, E; GABRIELLE, A. **China: o Socialismo no Século XXI**, São Paulo, Boitempo, 2021.

JAHN, B. One Step Forward, Two Steps Back: Critical Theory as the Latest Edition of Liberal Idealism, **Millenium**, vol. 27, no.3, 1998, p. 613-641.

MACKINDER, H. J. **Democratic ideals and reality: a study in politics of reconstruction**, New York: Henry Holt and Company, 1919.

MACKINDER, H. J. The geographical pivot of history. **The Geographical Journal**, v. 23, n. 4, p. 421-437, 1904.

MORTON, A. Social Forces in the Struggle over Hegemony: Neo-Gramscian Perspectives in International Political Economy. **Rethinking Marxism**, vol. 15, no. 2, April 2003, p. 153-179.

ONU. **History of the United Nations**. United Nations Organization. Nova Iorque. Disponível em: < <https://www.un.org/en/about-us/history-of-the-un> > Acesso em 10 de nov. de 2023.

POMAR, W. **A revolução chinesa**. São Paulo: Editora Unesp, 2003.

RINALDI, P. N.; PIRES, D. A. International Organizations and Change in World Orders in Coxian Critical Theory: A View from China in the United Nations. **Oikos**, v. 20, n. 2, 2021.

RWENGABO, S. Hegemony: From domestic dominance to global empire. **Eastern Africa Social Science Research Review**, v. 28, n. 1, p. 1-26, 2012.

WILLIAMS, R. **Marxism and Literature**. Oxford: Oxford University, 1977.